

A SEMÂNTICA DA PALAVRA *Mentira* E O SEU  
PROTÓTIPO COGNITIVO: NOVAS EVIDÊNCIAS  
EMPÍRICAS.

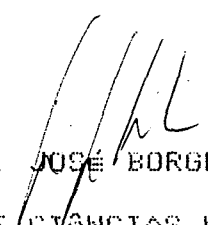
EE-176

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras (área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa) do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.


**-DELSON BIONDO**

" A SEMÂNTICA DA PALAVRA MENTIRA E O SEU PROTÓTIPO  
COGNITIVO: NOVAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ".

Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do  
grau de Mestre. Curso de Pós-  
Graduação em Linguística de Língua  
Portuguesa, Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Dr. José B. Neto

  
ORIENTADOR: Prof. Dr. JOSÉ BORGES NETO

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, UFPR

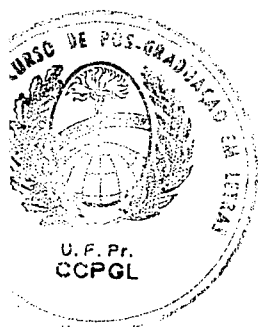
  
Profª. Drª. TARA BEMQUERER COSTA

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, UFPR

  
Profa. Dra. ELENA GODOI

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, UFPR

Curitiba, 02 de setembro de 1994.



Para

Roberto Henrique Andersen

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	08
2	OBJETIVOS .....	17
3	O PROTÓTIPO NOS ESTUDOS SEMÂNTICOS .....	18
3.1	A vagueza e a noção de "fuzzy sets" .....	19
3.2	A noção de níveis hierárquicos entre categorias .....	21
3.3	As noções de representatividade e de semelhança de família .....	22
3.4	A noção de hedge .....	24
3.5	A noção de gradação .....	27
3.6	A noção de protótipo .....	28
3.7	Dicionário versus enciclopédia .....	29
3.8	A noção de frame .....	31
3.9	Outras noções relevantes dentro da semântica cognitiva .....	32
4	METODOLOGIA .....	34
4.1	O estímulo .....	34
4.2	Os informantes .....	39
4.3	A coleta de dados .....	40
4.4	Os procedimentos para a análise dos dados .....	41
5	RESULTADOS .....	45
6	DISCUSSÃO .....	52
6.1	As estórias-controle e o quadro de respostas .....	52
6.2	A variável sexo .....	55
6.3	Mentira versus Ironia .....	60
6.4	A hierarquia dos elementos do protótipo .....	64
6.5	A mentira como um ato repreensível .....	68
6.6	A mentira na interpretação de Sweetser .....	70
6.7	A mentira e o jogo de imagens entre Falante e Ouvinte .....	74
7	CONCLUSÕES .....	78
8	ANEXOS .....	83
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	96

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Número total de informantes que marcaram cada estória como <i>não-mentira</i> , <i>não sei dizer</i> ou <i>mentira</i> .....	45
<b>Tabela 2</b>	Número total de informantes, separados por sexo, que marcaram cada estória como <i>não-mentira</i> , <i>não sei dizer</i> ou <i>mentira</i> .....	46
<b>Tabela 3</b>	Relação dos escores médios obtidos pelas estórias quando se separam os sexos .....	47
<b>Tabela 4</b>	Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância .....	48
<b>Tabela 5</b>	Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância para o grupo dos <i>homens</i> .....	49
<b>Tabela 6</b>	Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância para o grupo das <i>mulheres</i> .....	50
<b>Tabela 7</b>	Classificação indicando o número de informantes que dão escore de mentira mais alto para as estórias que possuem mais elementos do protótipo	51
<b>Tabela 8</b>	Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância com estratificação de <i>sexo</i> e <i>área de interesse profissional</i> .....	95

## RESUMO

A categoria mental nomeada pela palavra *mentira* pode ser estudada a partir das noções de *protótipo* e de *gradação*. O protótipo da mentira é uma espécie de "imagem mental" formada por uma união de elementos de diferentes pesos cognitivos. Atos de fala que contêm alguns desses elementos podem ou não ser considerados pelos falantes como exemplos da categoria *mentira*. Um experimento desenvolvido com o objetivo de investigar esses fenômenos demonstrou que fatores externos como *sexo* e *profissão* também podem influenciar a organização interna dessa categoria.

## ABSTRACT

The notions of "prototype" and "gradience" can be used to study the mental category expressed by the word "lie". The prototype of lie is a sort of mental image formed by a combination of elements of different cognitive weight. Speech acts containing some of these elements may or may not be considered by the speakers as instances of the category of lie. An experiment carried out with the aim of investigating these phenomena showed that external factors like *sex* and *occupation* may also influence the internal organization of this category.

*"Mendacium est enuntiatio cum  
voluntate falsum enunciandi"*

S.<sup>to</sup> Agostinho

*"Mendacium consistit solum  
in verbum"*

S.<sup>to</sup> Tomás de Aquino

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo que se pretende desenvolver aqui se insere na linha de pesquisas experimentais em linguística cognitiva que busca, por um lado, detectar *efeitos de protótipo* na formação das categorias semânticas e, por outro, contestar a visão clássica sobre a constituição das categorias (ou dos conceitos) mentais.

A teoria clássica da categorização tem suas raízes em Aristóteles e se estende até os nossos dias impulsionada, principalmente, pelo pensamento de Frege. Em linhas gerais, pode-se dizer que, segundo ela, existe uma organização inerente ao mundo físico, isto é, o mundo está estruturado de forma objetiva e lógica e esta organização é independente da participação humana. De acordo com essa visão clássica, o mundo contém duas espécies de coisas: *entidades* e *relações*. Todas as entidades têm *propriedades*, que podem ser *essenciais* ou *acidentais*. Quando duas ou mais entidades dividem as mesmas propriedades essenciais, diz-se que essas entidades formam uma *categoria*. Todas as entidades do mundo pertencem a uma certa categoria conceitual. Portanto, uma categoria se caracteriza pela *uniformidade* interna (isto é, não existem diferenças entre os seus membros), pela *inflexibilidade* (isto é, os seus limites são claramente definidos e invariáveis) e pelas *propriedades divididas* (ou seja, as condições necessárias e suficientes compartilhadas por todas as entidades-membros). As *relações* (entre entidades, entre entidades e categorias e entre categorias) são consideradas as responsáveis pelo estabelecimento das estruturas hierárquicas do mundo.



Segundo essa mesma visão, a mente do homem reflete a organização do mundo, em outras palavras, os conceitos mentais devem ser vistos como representações internas precisas das propriedades essenciais das categorias externas.<sup>1</sup>

Dentro da lingüística, e mais especificamente dentro da lingüística antropológica e da semântica lexical, essa visão clássica sobre a categorização foi difundida pela técnica da *análise componencial*.<sup>2</sup> O princípio básico dessa técnica é decompor o significado das palavras (e, por extensão, das categorias e dos conceitos nomeados por essas palavras) em um conjunto de *traços discretos*, ou unidades mínimas de significado, de forma que os *traços* representem as propriedades essenciais das categorias e o contraste entre os diversos traços represente as relações semânticas. Um conjunto de traços funciona como um conjunto de condições necessárias e suficientes para que um dado objeto (físico ou não) do mundo possa receber um determinado nome, ou seja, para se saber se um objeto pertence ou não a uma dada categoria basta checar as propriedades desse objeto com a lista de *traços* da categoria, se houver uma correspondência total, o objeto faz parte da categoria, se não houver uma correspondência total, o objeto *não* faz parte da categoria. Por este motivo, as teorias que normalmente usam a noção de *traço semântico discreto* são chamadas de teorias *checklist*.

---

<sup>1</sup> Para uma discussão desses tópicos, ver CAREY 1982; LAKOFF 1982 e LAKOFF & JOHNSON 1980.

<sup>2</sup> Para uma discussão e exemplificação do funcionamento da *análise componencial*, ver LEECH 1981, WALLACE 1965, 1970 e WALLACE & ATKINS 1960.

Com o advento, nas ciências cognitivas, de uma série de trabalhos experimentais sobre a forma como objetos físicos diretamente perceptíveis (cores, plantas, animais, utensílios, mobiliário, etc.) são nomeados pelos falantes ficou claro que a teoria clássica da categorização definitivamente não é toda a estória. Esses trabalhos ajudaram a formular uma visão alternativa sobre os processos de formação das categorias mentais. Segundo essa visão, chamada por alguns autores de *teoria da categorização natural*, as categorias da mente dependem do modo como o homem compreende (e interage com) o mundo e os objetos do mundo, isto é, a existência de uma categoria está, de certa forma, subordinada ao *background* de conhecimentos, habilidades e experiências (individuais e sociais) do homem.<sup>3</sup> Além disso, as categorias mentais se caracterizam por apresentar uma *estrutura interna* e *limites nebulosos e flexíveis*. Essa estrutura interna decorre do fato de que as pessoas distinguem diferentes graus de amembramento dentro de uma categoria, ou seja, reconhecem os membros mais típicos, os menos típicos e os não-típicos. O membro mais típico (ou o protótipo) está normalmente bem definido para a maioria dos falantes. Quanto aos membros menos típicos, há uma variação interpessoal com respeito ao grau de amembramento que cada indivíduo atribui a essas entidades. Portanto, categorizar um elemento do mundo parece ser uma questão de "mais" ou "menos" (e não de "sim" ou "não", como supõe o enfoque do *checklist*), isso porque certos membros de uma categoria podem ter um "status" (ou peso) cognitivo diferente dos demais, ou seja, podem fazer

---

<sup>3</sup> Sobre este assunto, ver LAKOFF 1982.

parte da categoria não de uma forma absoluta, mas de uma forma relativizada ou gradual.

COLEMAN & KAY (1981) demonstraram que também é possível encontrar *efeitos de protótipo* na semântica de palavras como *mentira*, que se refere a coisas normalmente consideradas menos concretas.<sup>4</sup> Segundo o experimento conduzido por esses autores, a *mentira* deve ser vista como um tipo de *ato de fala*, ou seja, um enunciado lingüístico produzido num contexto particular que envolve um falante (F), um destinatário ou ouvinte (O) e uma mensagem ou proposição (P).<sup>5</sup> Assim, um ato de fala típico pode ser descrito como em (1).

- (1) F diz P (com um compromisso ou consciência de P e com um propósito ou intenção) para O.

Além de (1), os autores norte-americanos levantaram as seguintes hipóteses a respeito da categoria *mentira*:

- (2) a. é uma categoria com limites *fuzzy* e variáveis;  
 b. possui um *protótipo* bem definido;  
 c. esse protótipo pode ser formulado em termos de uma lista finita de propriedades;  
 d. essas propriedades ou elementos podem ser tratados como dicotômicos (+ ou -);  
 e. alguns elementos podem ser mais importantes do que outros dentro da categoria;  
 f. ser membro dessa categoria é uma questão de grau;  
 g. o grau em que um certo membro participa dessa categoria varia de acordo com a quantidade de elementos que esse membro tem em comum com o protótipo.

---

<sup>4</sup> COLEMAN, L. & KAY, P. Prototype semantics: the english word *lie*. *Language*, 57: 26-44, 1981.

<sup>5</sup> Para uma definição de *ato de fala*, ver FILLMORE 1971, 1974 e SEARLE 1983.

A partir de (1) e (2), COLEMAN & KAY definiram o protótipo cognitivo da mentira como sendo uma configuração de 3 elementos:

- (a) *P é falso.*
- (b) *F sabe que P é falso.*
- (c) *F pretende enganar O.*

Desta forma, uma mentira prototípica é aquela em que o falante diz algo deliberadamente falso e com a intenção de enganar. Esses três elementos do protótipo foram representados como dicotômicos (+/-) para facilitar a questão notacional, mas poderiam ser entendidos como gradativos, isto é, (+), quando o elemento está absolutamente presente ou presente num grau muito alto, e (-), quando o elemento está absolutamente ausente ou presente num grau muito baixo. Portanto, se um evento de fala contiver os 3 elementos (+++), ele deverá ser considerado pelos falantes como um exemplo ótimo da categoria *mentira*; se um evento de fala não contiver nenhum dos três elementos (---), ele deverá ser considerado uma *não-mentira* e, se um evento de fala contiver uma outra configuração possível desses 3 elementos, ele deverá ser considerado um exemplo desviante ou *não-prototípico* dessa categoria, ou seja, haverá dúvidas por parte dos falantes quanto à aplicabilidade da palavra *mentira* a esse ato de fala.

Uma análise combinatória dos 3 elementos do protótipo forneceu oito diferentes possibilidades configuracionais. Cada possibilidade foi materializada na forma de uma estória contendo um ato de fala. O resultado obtido foram oito estórias diferentes, cada uma com uma configuração particular como se pode ver em (3).

(3)	estórias	elementos		
		a	b	c
	I.	+	+	+
	II.	-	-	-
	III.	+	-	+
	IV.	-	+	+
	V.	+	+	-
	VI.	-	-	+
	VII.	+	-	-
	VIII.	-	+	-

Essas estórias foram apresentadas como um questionário (ver ANEXO 2) a um grupo heterogêneo de falantes nativos de inglês norte-americano para que eles julgassem se elas deveriam ou não ser chamadas de *mentira*.<sup>6</sup> O julgamento foi medido numa escala de "certeza" de 7 pontos onde o valor 1 indicava que o informante tinha certeza absoluta de que não era mentira e o valor 7 indicava que o informante tinha certeza absoluta de que era mentira.

Os resultados do experimento mostraram que:

a) a estória (I), que contém todos os elementos do protótipo, recebeu o escore mais alto da totalidade dos informantes;

b) a estória (II), que não contém nenhum elemento do protótipo, recebeu o menor escore da totalidade dos informantes;

c) quando são comparadas duas estórias, por exemplo A e B, se A possuir todos os elementos de B e, pelo menos, mais um, A receberá um escore mais alto do que B, ou seja, a estória que

---

<sup>6</sup> COLEMAN & KAY utilizaram um universo de 67 pessoas, das quais a maioria era estudante universitário. Os sexos estavam igualmente representados e as idades variavam de 15 a 72 anos.

possuir mais elementos do protótipo receberá um escore mais alto da maioria dos informantes;

d) estórias que não possuem nenhum elemento em comum, como (VIII) e (III), (V) e (VI), (IV) e (VII), são, ainda assim, consideradas membros da categoria *mentira* por alguns falantes, o que demonstra que entre essas estórias há uma semelhança de família, ou seja, que elas são julgadas pelos elementos em comum que têm com o protótipo;

e) a estória (VIII), que tem apenas o elemento b (*F acredita que P é falso*), recebeu da maioria dos informantes um escore mais alto do que a estória (VI), que possui apenas o elemento c (*F pretende enganar*), e a estória (VII), que possui apenas o elemento a (*P é falso*) recebeu um escore menor do que a (VIII) e a (VI), o que demonstra que entre os elementos há uma hierarquia, isto é, que b é o elemento mais importante do protótipo, que c é o segundo mais importante e que a é o elemento menos importante de todos.

Experimentos deste tipo têm a vantagem de reunir, por um lado, as intuições e as reflexões teóricas do linguista introspectivo e, por outro, as evidências empíricas das investigações sociolinguísticas. Neste sentido, o experimento de COLEMAN & KAY representa um instrumento extremamente útil e revelador para o desenvolvimento dos estudos de semântica lexical. Se se admitir que existe uma relação de igualdade entre: *conhecer o significado da palavra que nomeia x*, *saber distinguir x de não-x*, *atribuir um nome a x* e *categorizar x* (em outros termos: supondo-se que essas são formas equivalentes de se

referir a um mesmo processo cognitivo), então, é possível, através da criação de estímulos controlados, medir e registrar "objetivamente" processos mentais tipicamente lingüísticos.

Enquanto *pesquisa de campo*, experimentos como esse também devem levar em conta a interferência de possíveis fatores externos ou sociais (como por exemplo *sexo, idade, escolaridade, profissão, nível sócio-econômico*) que normalmente são responsáveis por grande parte da *variação* encontrada no estudo da língua em uso.

Logicamente, a utilização de um estímulo demasiadamente complexo pode inviabilizar o controle de algumas variáveis sociais como a *idade* e a *escolaridade*. Contudo, é possível realizar um controle de *sexo* para saber se existe alguma variação no que diz respeito à forma como cada grupo categoriza a *mentira*.

Em relação à variável *idade*, é interessante observar que estudos sobre a aquisição da linguagem demonstraram que, em crianças, a habilidade de construir mentiras é anterior à habilidade de julgar com sucesso atos que contêm mentiras.<sup>7</sup>

PERRONI, analisando o desenvolvimento da habilidade de mentir em crianças de até 5 anos de idade, chega às seguintes conclusões: (i) entre os 3 e os 4 anos, aproximadamente, já é possível notar nas crianças as primeiras tentativas de enunciar *mentiras*, principalmente nos contextos em que se relatam as experiências passadas; (ii) na fase anterior a essa, observa-se que as crianças ainda confundem *mentira* com *brincadeira* ( ou *faz-de-conta*), isto é, que antes dos 3 anos a *mentira* ainda está muito

-----  
<sup>7</sup> Para uma discussão e ilustração desse tema, ver PERRONI 1991.

próxima do discurso lúdico ou do ato de *inventar* e (iii) a partir dos 5 anos, observa-se que a habilidade de construir mentiras está bem desenvolvida e que a criança já é capaz de criar discursos coerentes, porém, não-verídicos, enunciados com a clara intenção de ludibriar o interlocutor.



## 2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é reproduzir o experimento de COLEMAN & KAY (1981) utilizando um universo de falantes nativos de língua portuguesa. Essa reprodução deverá preservar a metodologia e as suposições teóricas básicas do experimento original e se proporá a controlar a variável *sexo*, investigando a sua possível influência nas respostas dos informantes.

Este trabalho também se propõe a suprimir alguns problemas metodológicos referentes à *confeccção das estórias*, que podem ter direta ou indiretamente influenciado o julgamento dos falantes, como, por exemplo, a presença de nomes próprios desviantes e termos técnicos ou confusos e a indeterminação de algumas estórias em relação à presença ou à ausência dos elementos *b* e *c* do protótipo da mentira. Feitas as adaptações necessárias, este experimento pretende reunir evidências que corroborem a hipótese segundo a qual a estrutura interna da categoria *mentira* deve ter como característica mais importante o elemento *c* (*F pretende enganar*) e não o elemento *b* (*F sabe que P é falso*), como demonstram os resultados de COLEMAN & KAY.

Também será o objetivo desta dissertação fazer uma apresentação das principais noções teóricas que fundamentam os estudos sobre *protótipos* na linguística cognitiva.

### 3- O PROTÓTIPO NOS ESTUDOS SEMÂNTICOS.

A noção de *protótipo* se origina dos trabalhos experimentais de psicologia, desenvolvidos principalmente por Eleanor Rosch [Heider] na década de 70. Os trabalhos realizados durante este período tinham como ponto focal o estudo da estrutura interna das categorias cognitivas e os seus resultados se caracterizavam por apresentar *efeitos de protótipo* que não condiziam com a maneira clássica de se entender a categorização mental dos objetos. Esses estudos chamaram a atenção, por um lado, dos psicolinguistas e psicolexicologistas, interessados na criação de modelos formais sobre a organização e operação da memória humana, e, por outro lado, dos linguistas, filósofos e antropólogos, que viam no *protótipo* a possibilidade de se explicar fenômenos (até então marginais) sobre a categorização linguística de uma maneira unificada.<sup>1</sup>

Dentre os trabalhos que detectam *efeitos de protótipo*, os relacionados ao estudo da semântica dos *basic color terms* (COLLIER 1973, 1976; CONKLIN 1973; HEIDER 1972; KAY 1975; KAY & McDANIEL 1978; KAY & KEMPTON 1984; ROSCH 1975; para citar apenas alguns) ajudaram a difundir as noções de "*prototipicidade*" e de "*fuzzy sets*" e a apoiar uma série de contestações à hipótese Sapir-Whorf e aos métodos utilizados pela análise componencial (especialmente à noção clássica de *traço discreto*).

Durante toda a década de 80 (e início dos 90) os estudiosos

---

<sup>1</sup> Para um histórico mais detalhado sobre a origem psicolinguística da noção de *protótipo*, ver GEERAERTS, D. Introduction: prospects and problems of prototype theory. *Linguistics*, 27: 587-612, 1989.

interessados na lingüística cognitiva começaram a discutir e elaborar teorias que incorporavam as noções de *frames*, *hedges*, *metaphors*, *prototypes*, *schemas* e *scripts* (ADAMSON 1990; CAREY 1982; CRUSE 1992; FILLMORE 1982; GEERAERTS 1989; KAY 1979, 1980; LAKOFF 1982; LAKOFF & JOHNSON 1980; LANGACKER 1988; MEDIN & SMITH 1984; METZING 1981; MORGAN 1992; PERINI 1988, 1989; SEILER 1989; VERSCHUEREN 1981; para citar apenas alguns).<sup>2</sup>

Ao lado dessas discussões teóricas, surgiram também trabalhos experimentais cujo objetivo principal era detectar *efeitos de protótipo* em diversas áreas dos estudos lingüísticos (COLEMAN & KAY 1981; IJAZ 1986; JANICKI 1987; PONTES 1984; SHIBATANI 1985; WIERZBICKA 1989; WILLIAMS 1991; YAMADOKA 1988; etc.).

O que se pretende realizar nas próximas seções deste capítulo é uma breve reconstituição das principais noções teóricas que contribuíram para o advento de trabalhos experimentais sobre *protótipos* na área de semântica lexical.

### 3.1 A vagueza e a noção de "fuzzy sets".

Tanto a lingüística quanto a lógica e a filosofia da linguagem reconheceram a existência da *vagueza* nas expressões das línguas naturais (W. Alston, M. Black, R. Carnap, G. Frege, W. Quine, B. Russell e L. Wittgenstein foram alguns dos que

---

<sup>2</sup> Para um levantamento bibliográfico mais amplo sobre esses programas de investigação, ver GODOY, E. Sobre o paradigma cognitivo na lingüística. *Letras*, 38: 14-26, 1989.

contribuíram para esse tópico).<sup>3</sup> Porém, as expressões e os termos vagos eram considerados, apenas, um problema marginal para as teorias. Até então, a concepção de linguagem era dominada pelo mito de que a *indefinição* (ou a *vagueza*) não poderia entrar no núcleo de uma teoria semântica porque, num plano teórico ideal, a linguagem não deveria conter palavras vagas.<sup>4</sup>

Segundo essa mesma visão clássica, as categorias deveriam ser definidas através de *condições necessárias e suficientes*, isto é, de uma lista de traços (igualmente importantes) que deveriam estar presentes em todos os membros de uma determinada categoria. O estabelecimento dessas condições pressupunham:

- 1º) que as categorias tivessem limites claros e precisos e
- 2º) que todos os membros de uma categoria tivessem o mesmo "status" cognitivo.

Com o advento dos trabalhos empíricos sobre *categorização* essa visão clássica começou a ser contestada. Percebeu-se, por exemplo, que a *vagueza* representa uma característica fundamental no processo de percepção e apreensão das entidades do mundo. As categorias mentais (ou conjuntos de entidades) são mais bem compreendidas quando vistas como "*fuzzy sets*", isto é, conjuntos cujos limites são *nebulosos* e flexíveis. Isto porque o ser humano atribui "status" cognitivos diferentes para os membros de uma mesma categoria (ou seja, reconhece os membros típicos - ou

---

<sup>3</sup> Ver EIKMEYER, H-J. & RIESER, H. Meanings, Intensions, and Stereotypes: a new approach to linguistic semantics. In: \_\_\_\_\_ (eds.) *Words, Worlds, and Contexts*. Berlin, de Gruyter, 1981. p. 135-7; e QUINE, W. O. *Palavra y objeto*. Barcelona, Labor, 1960. p. 137-45.

<sup>4</sup> Ver ALSTON, W. P. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 129-61.

exemplares -, os membros mais ou menos típicos e os membros não-típicos). Os limites *fuzzy* correspondem, assim, ao espaço ocupado pelas entidades menos exemplares (ou menos prototípicas) de uma categoria.<sup>5</sup>

### 3.2 A noção de níveis hierárquicos entre categorias.

Descobriu-se também que as categorias não estão todas num mesmo nível psicológico. Existe uma estrutura hierárquica que se impõe sobre a formação dos campos lexicais (ou das categorias) e que cria níveis psicologicamente diferenciados. Assim, se apresentarmos um objeto qualquer a uma pessoa (por exemplo, uma banana) e perguntarmos "*O que é isso?*", a resposta mais comumente ouvida será "*uma banana*" e não "*uma fruta*" ou "*uma banana-maçã*". BANANA é chamado de *termo de nível básico*, que está entre FRUTA (*termo de nível superordenado*) e BANANA-MAÇÃ (*termo de nível subordinado*).

As categorias de *nível básico* são mais facilmente reconhecidas e aprendidas do que as categorias de outros níveis. Além disso, as línguas costumam atribuir nomes mais curtos e simples para as coisas no nível básico e as crianças parecem aprender primeiramente os termos desse nível. Entretanto, sabe-se

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre o modelo matemático dos *fuzzy sets*, ver ZADEH, L. A. A note on prototype theory and fuzzy sets. *Cognition*, 12: 291-7, 1982.

também que as categorias de nível básico estão sujeitas a diferenças interpessoais. Essa variação parece ser causada, principalmente, pelos ajustes culturais dos indivíduos e pelo grau de especialização que um pessoa obtém num determinado campo do conhecimento.<sup>6</sup>

### 3.3 As noções de representatividade e de semelhança de família.

Uma mesma categoria pode possuir membros mais representativos e membros menos representativos. Os mais representativos (ou prototípicos) parecem ocupar na memória humana um espaço diferenciado, pois são facilmente reconhecidos e nomeados. Por exemplo, quando se apresentam aos falantes enunciados do tipo "Um [membro] é um [NOME DA CATEGORIA]" (isto é, "Uma *galinha* é uma *AVE*") para que digam se são verdadeiros ou falsos, o tempo de resposta é sensivelmente mais curto para os exemplos mais representativos (como *sabiá*) e mais longo para os exemplos menos representativos (como *pingüim*).<sup>7</sup>

Porém, observe: se *pingüim*, *galinha* e *sabiá* são considerados membros da categoria AVE, de que maneira a mente humana permitiu a associação de entidades com tão poucas

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais ampla desses tópicos, ver LAKOFF, G. *Categories and cognitive models*. Berkeley, Cognitive Science Program: University of California, 1982. p. 17-22.

<sup>7</sup> Ver LAKOFF 1982, p. 16.

características em comum?

WITTGENSTEIN já havia chamado a atenção para o fato de que muitas vezes não é possível encontrar traços definidores essenciais que pertencem a todos os membros de uma categoria. O seu exemplo é a palavra *jogo*, um conceito que inclui referentes tão diversos que a única maneira de entender a sua constituição é imaginar que os seus referentes estejam ligados pelo mesmo tipo de *semelhança* que se observa entre os membros de uma família (semelhanças de estatura, de traços fisionômicos, de temperamento, de atitude, etc.). Os diferentes tipos de *jogos* (de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos, etc.) formam uma espécie de *família* porque, embora não se possa dizer qual é o *traço comum* a todos eles, pode-se perceber uma série de *semelhanças* ou parentescos entre os seus membros.<sup>8</sup>

Por exemplo: suponha que 1, 2, 3, e 4 sejam entidades distintas de uma mesma categoria e que A, B, C, D e E sejam os elementos que unem essas entidades dentro da categoria. É possível, então, associar a esses itens uma estrutura do seguinte tipo: 1 (AB), 2 (BC), 3 (CD) e 4 (DE). Essa estrutura mostra que, embora 1-3 e 1-4 não tenham elementos em comum, eles pertencem à mesma categoria porque estão associados por uma "*semelhança de família*", ou seja, uma união interna em forma de cadeia ou de estrutura radial em que cada membro divide com outro pelo menos um traço em comum.<sup>9</sup> Desta forma, é também possível prever

---

<sup>8</sup> Ver WITTGENSTEIN 1975, p. 42-7.

<sup>9</sup> Para uma exemplificação de *estrutura radial das categorias*, ver WILLIAMS, K. Radial structuring in the Hausa lexicon: a prototype analysis of Hausa 'eat' and 'drink'. *Lingua*, 85: 321-40, 1991.

que, quanto mais elementos em comum um membro dividir com os outros da mesma categoria, mais representativo ele será.

### 3.4 A noção de *hedge*.

O ser humano tem a sua disposição mecanismos lingüísticos que o ajudam a evidenciar as características inerentes das categorias mentais. Esses mecanismos (*hedges*) são uma classe de modificadores (ou modalizadores) pragmático-semânticos cujas funções principais parecem ser: 1ª) estreitar ou ampliar os limites *fuzzy* das categorias; 2ª) evidenciar as distâncias metafóricas entre dois ou mais pontos de referência cognitivos e 3ª) selecionar tipos diferentes de propriedades semânticas das categorias.

Considere, por exemplo, os *hedges* "*muito*" e "*um pouco*" associados à categoria *fuzzy* AZUL. Quando alguém se refere a um objeto dizendo que ele é "*muito* azul", a função do *hedge* é estreitar os limites nebulosos da categoria AZUL e incluir o objeto em questão no espaço ocupado apenas pelos membros mais representativos da categoria. Por outro lado, quando alguém se refere a um objeto como sendo "*um pouco* azul", a função do *hedge* é incluir o objeto no espaço *fuzzy* da categoria, isto é, atribuir ao objeto em questão um grau positivo de AZUL, mas não positivo o suficiente para incluí-lo entre os membros mais representativos.

Os membros mais representativos de uma categoria são



geralmente tomados como *pontos de referência cognitivos*. Assim, se A e B são membros de uma categoria, o uso de um *hedge* como "quase" poderá identificar a distância cognitiva entre os dois membros e o grau de representatividade desses membros. Por exemplo, os resultados de ROSCH (1975) indicam que uma sentença do tipo "A é quase B" implica que "A é menos do que B", em outras palavras, que B está mais próximo do protótipo do que A e que A é menos representativo do que B. Por isso, sentenças como (1) são aceitas, enquanto sentenças como (2) são rejeitadas.<sup>10</sup>

(1) "996 é quase 1000"

(2) \* "1000 é quase 996"

O *hedge* "quase" permite a associação de dois elementos quando o primeiro, colocado à esquerda, puder ser considerado o menos representativo ou aquele que apresenta um leve desvio em relação ao protótipo e quando o segundo, colocado à direita, puder ser considerado um ponto de referência cognitivo ou o elemento mais prototípico da categoria.

LAKOFF diferencia dois tipos de propriedades semânticas das categorias: *propriedades definidoras* (aquelas que a entidade precisa ter para ser membro de uma categoria) e *propriedades acidentais* (aquelas propriedades a mais que a entidade pode ter mas que, mesmo estando ausentes, não fazem com que a entidade se

---

<sup>10</sup>ROSCH, E. Cognitive Reference Points. *Cognitive Psychology*, 7: 534-40, 1975.

exclua da categoria em que se encontra).<sup>11</sup>

A partir dessa distinção é possível analisar outros dois tipos de *hedges*. Observe as sentenças abaixo:

(3) *Tecnicamente falando*, a baleia é um MAMÍFERO.

(4) \* *Tecnicamente falando*, a baleia é um PEIXE.

O *hedge* "*tecnicamente falando*" permite que uma entidade *x* se associe a uma categoria *Y* se e somente se *x* possuir as propriedades *definidoras* de *Y*. Desta forma, o *hedge* permite a associação de *baleia* e MAMÍFERO na sentença (3) mas não permite a associação de *baleia* e PEIXE na sentença (4), porque *baleia* possui as propriedades definidoras de MAMÍFERO e não de PEIXE.

Observe, agora, as sentenças (5) e (6):

(5) *Livrementemente falando*, a baleia é um PEIXE.

(6) \* *Livrementemente falando*, a baleia é um MAMÍFERO.

O *hedge* "*livrementemente falando*" permite que uma entidade *x* se associe a uma categoria *Y* se e somente se *x* possuir as propriedades *acidentais* de *Y*. Portanto, o *hedge* permite a associação de *baleia* e PEIXE na sentença (5) mas não permite a associação de *baleia* e MAMÍFERO na sentença (6), porque *baleia*

---

<sup>11</sup>Ver KAY 1979, p. 11-49, e SMITH *et alii* 1974, p. 214-25.

possui as propriedades acidentais de PEIXE e não de MAMÍFERO.<sup>12</sup>

### 3.5 A noção de gradação.

LAKOFF observa que é necessário distinguir dois tipos de *gradação*: a *gradação primária* ou *inerente* (própria dos conceitos que somente podem ser compreendidos quando tomados numa escala de graus) e a *gradação secundária* ou *imposta* (presente nas categorias que distinguem graus de representatividade dos seus membros).<sup>13</sup>

Nos conceitos cuja gradação é inerente (adjetivos como: *alto, baixo, rico, pobre, grande, pequeno, cheio, vazio*; e substantivos como: *calor e frio*) existem pontos de referência obrigatórios, em certas áreas de sua escala de graus, que são marcados com a ajuda de *hedges*: *muito calor, bastante calor e pouco calor*.

Nos outros tipos de conceitos ou categorias (como AVE, FRUTA, VERDURA e todos aqueles que distinguem graus de representatividade dos seus membros) a gradação se manifesta na forma de uma escala hierárquica (imposta à cognição humana) que tem como referências, no ponto mais alto, o *protótipo*, no ponto

---

<sup>12</sup>Para uma discussão sobre as diferenças entre *conceitos do senso comum* (do tipo: PEIXE, FRUTA, etc.) e *conceitos científicos* (MAMÍFERO, FRUTO, INFRUTESCÊNCIA, etc.) ver DASCAL & BORGES NETO 1991, p. 28-33.

<sup>13</sup>Ver LAKOFF 1982, p.25-7.

mais baixo, o pior exemplo da categoria e, nos pontos intermediários, membros com diferentes graus de representatividade.

A natureza dessa gradação secundária pode ser explicada por, pelo menos, dois fatores: (i) a quantidade de *propriedades* que uma entidade tem em comum com todas as outras entidades da mesma categoria e (ii) a importância de cada uma dessas propriedades em relação às outras.

### 3.6 A noção de *protótipo*.

A noção de *protótipo* se alimenta (e está na dependência direta) das noções de *representatividade*, *limites fuzzy* e *estruturação interna das categorias*.<sup>14</sup>

As definições mais comuns são as que associam *protótipo* com: (i) o membro mais representativo de uma categoria, (ii) o centro ou núcleo estável de uma categoria ou (iii) uma espécie de "imagem mental" ou parâmetro cognitivo que o ser humano forma para cada categoria (lexicalizada ou não).

Na psicologia, o *protótipo* é visto como um mecanismo mental restritivo (ou uma estratégia cognitiva) que auxilia o homem a estruturar a sua percepção da realidade.

Na lingüística cognitiva (e mais especificamente na

---

<sup>14</sup>Para uma interessante discussão sobre o *protótipo* como uma *noção prototípica*, ver GEERAERTS 1989, p. 587-612.

semântica lexical) é comum a associação de *protótipo* com uma espécie de *significado essencial* (ou nuclear) dos conceitos. Entender as regras de formação desses significados prototípicos, a relação entre eles e o *uso* das palavras e o papel que eles desempenham no processo de lexicalização dos campos conceituais parecem ser algumas das tarefas (ou desafios) que atualmente se impõem aos estudos linguísticos.

### 3.7 Dicionário versus enciclopédia.

Dentro da linguística, uma longa tradição estruturalista ajudou a difundir a idéia de que é teoricamente necessário distinguir dois tipos básicos de conhecimento (ou de informação): o que deve estar presente num *dicionário* ideal e o que deve fazer parte de uma *enciclopédia* ideal.

O critério formal utilizado para diferenciar *dicionário* de *enciclopédia* diz que esta deve incluir entradas para *nomes próprios* enquanto que aquele não. Porém, esse critério não garante a existência de dois tipos de informação e nem explica o motivo pelo qual somente as enciclopédias devem tratar dos *nomes próprios*. Por exemplo: faz parte da competência *linguística* dos falantes de português saber que **José** é um nome de homem e que é bastante comum em nossa comunidade, que **Chico** é um apelido

carinhoso de Francisco, que Samira é um nome de mulher e que é um nome pouco comum, que Nescafé não é um nome apropriado para um ser humano e que John, embora possa ser um nome de homem, não é português.<sup>15</sup> Se se mantiver a divisão tradicional, esse tipo de informação sobre *nomes próprios* deverá entrar num *dicionário* e não numa *enciclopédia*.

Por outro lado, são muitas as tentativas de se diferenciar semanticamente essas duas noções. Para isso, recorre-se normalmente a dicotomias do tipo: a) conhecimento lingüístico *versus* conhecimento cultural; b) informação indispensável *versus* informação dispensável; c) essência *versus* acidente; d) objetividade *versus* subjetividade; e) semântica *versus* pragmática. Contudo, essas noções também não definem nem explicam adequadamente a natureza dos dois supostos tipos de informação. Na verdade, o que elas demonstram é uma intenção subjacente de se tentar delimitar duas categorias teoricamente flutuantes: a categoria *das coisas conhecidas e sobre as quais o homem já tem controle* e a categoria *das coisas não-totalmente conhecidas e sobre as quais o homem ainda não tem controle*.

A maioria dos que defendem a noção de *protótipo* tende a não aceitar a separação de *dicionário* e *enciclopédia* como um princípio teórico necessário. Acreditar que existe uma informação semântica autônoma nas línguas naturais opõe-se, de certa forma, ao estudo interdisciplinar que está na base da noção de *protótipo*. Por isso, a maior parte dos adeptos da *semântica*

-----  
<sup>15</sup>Os exemplos foram adaptados do artigo de HAIMAN, J. Dictionaries and Encyclopedias. *Lingua*, 50: 329-57, 1980, para o qual remetemos o leitor interessado na discussão e contestação dessa dicotomia.

*cognitiva* entende a categorização lingüística como um fenômeno que deve ser estudado, não isoladamente, mas na sua interação com outras habilidades cognitivas do homem.

### 3.8 A noção de *frame*.

A formulação dos *frames* é uma das tentativas (ainda incipientes) de se levar em conta também a realidade extralingüística no momento de se definir o significado das palavras.

Normalmente, associa-se *frame* a uma espécie de *situação esquemática* (ou *pequena cena mental*) que serve de pano de fundo para a compreensão da estrutura semântica dos conceitos. Neste sentido, *frame* é o **background** (composto pelas nossas experiências individuais e sociais) onde as categorias se encaixam e adquirem significados.

Do ponto de vista psicológico, *frame* seria algo como uma habilidade humana de esquematizar (ou construir exemplos prototípicos) de situações da realidade social. Por exemplo, ao utilizarmos uma palavra como **vender**, ela automaticamente evoca um *frame* (ou uma situação comercial padrão) composto por noções inter-relacionadas do tipo: *comprador, vendedor, trocar, dinheiro, mercadoria*, de maneira que o significado do verbo **vender** só pode ser plenamente entendido quando se tem em mente o

*frame* que essa palavra pressupõe.<sup>16</sup>

### 3.9 Outras noções relevantes dentro da *semântica cognitiva*.

O que se observa atualmente nessa linha de investigação lingüística é uma tentativa de se estudar o *significado* em conexão com alguns fenômenos cognitivos do homem e a partir de certos *Princípios Contextuais* que ajudam a regular, controlar, criar e reformular as categorias ou conceitos mentais.

De certa forma, alguns desses *Princípios Contextuais* já tinham sido pronunciados por AUSTIN, nas suas *condições de felicidade*, por GRICE, nas suas *máximas conversacionais* e por PUTNAM, na sua hipótese sobre o *Princípio da Divisão do Labor Lingüístico*.<sup>17</sup>

Mais recentemente, esses *Princípios Contextuais* aparecem incorporados nas teorias semânticas sob as denominações de: **experiential gestalts** (LAKOFF & JOHNSON 1980); **Modelos Cognitivos Idealizados** (LAKOFF 1982); **frame semantics** (FILLMORE 1982; METZING 1981) e teorias **folk** (KAY 1980; LAKOFF 1985).

Todas essas noções se aproximam na medida em que tentam capturar: (i) os aspectos da psicologia humana que estão baseados nas experiências (social, corporal, sensorial e

---

<sup>16</sup>Para uma análise detalhada desse e de outros exemplos, ver FILLMORE 1971, 1976 e 1982.

<sup>17</sup>Sobre esses temas, ver ALSTON 1972, p. 61-81; FRASER 1986; GRICE 1975 e PUTNAM 1975, p. 227-9.



emocional) das pessoas e que ajudam a criar modelos idealizados da realidade; (ii) o sistema de crenças, mitos, preconceitos e expectativas do *senso comum* (de uma cultura específica) que ajuda a estruturar o discurso do dia-a-dia e (iii) as regras implícitas, as inferências básicas e as pressuposições fundamentais que sustentam a *conversação* e ajudam a explicar a rede de conceitos que as palavras evocam.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 O estímulo

Nesta pesquisa, o estímulo significa o instrumento de levantamento de dados. Por ser um estímulo escrito que solicita respostas dos informantes, ele também é chamado de questionário.

A confecção do questionário obedeceu a várias etapas. Num primeiro momento, foi feita a tradução para o português das histórias em inglês utilizadas no experimento de COLEMAN & KAY (ver ANEXO 2). Em seguida, as histórias sofreram uma série de reformulações textuais que visavam: a) uma melhor adequação ao contexto cultural brasileiro (por exemplo: *jogando bola* ao invés de *playing golf*); b) a substituição de nomes próprios marcados (*Pigfat, Superfan, Valentino*) por nomes próprios neutros (*Paulo, Antônio, Pedro*); c) a eliminação de termos técnicos ou hermeticos (*mononucleosis, appendectomy*); d) a eliminação de alguns apelos emocionais que poderiam levar os entrevistados a estabelecerem uma empatia demasiadamente positiva (ou negativa) com os personagens das histórias - por exemplo: na história (IV) do experimento original, a personagem candidata ao papel de "mentirosa" é uma criança que está com sarampo e na história (VII) o equívoco de uma enfermeira desatenta pode ocasionar a morte de um paciente.

Numa outra etapa, constatou-se que as histórias (III), (V), (VII) e (VIII) do experimento original, mesmo depois de

traduzidas e alteradas, apresentavam problemas sérios na sua constituição.

A estória (III), por exemplo, utilizava um contexto em que o filho dizia algo falso para a mãe com a intenção de enganá-la mas sem saber que o que ele estava dizendo era falso. Ao analisar essa estória, os informantes poderiam colocar em primeiro plano a gravidade do conflito "*filho versus mãe*" e não os elementos do protótipo da mentira. Isso talvez criasse um viés em suas respostas, uma vez que "*dizer algo falso para a mãe*" é uma atitude social e moralmente condenável. Por esse motivo, optou-se pela substituição dessa estória.

A estória (V) foi escolhida por COLEMAN & KAY para representar uma *mentira social*. De acordo com esses autores, em uma mentira social o indivíduo diz algo falso, sabe que o que ele está dizendo é falso, mas não quer enganar ninguém.<sup>1</sup> Isso, porém, não é necessariamente verdadeiro. Quando se reflete sobre uma mentira social é possível distinguir pelo menos duas configurações principais. Um primeiro tipo de mentira social é aquele em que se utilizam convenções linguísticas de conteúdo semântico esvaziado. É o caso de dois indivíduos, não muito amigos, que se cumprimentam, num dia chuvoso e frio, com um sorridente "*Bom dia!*". Não se pode dizer que, neste contexto, os indivíduos estejam realmente desejando um bom dia um para o outro. A expressão "*Bom dia!*" não é verdadeira nem falsa, é uma convenção social compartilhada por duas pessoas que se reconhecem e poderia ser perfeitamente substituída por um simples "*Di!*". Um

---

<sup>1</sup> COLEMAN & KAY 1981, p. 32.

segundo tipo de mentira social é aquele em que se utilizam expressões lingüísticas autênticas, isto é, enunciados semanticamente relevantes. É o caso de uma anfitriã que, ao receber em sua casa uma conhecida que está horrivelmente trajada, elogia essa pessoa com um falso "*Como você está elegante, querida!*" Aqui, a anfitriã enunciou algo evidentemente falso, sabendo que o que disse era falso e com a **intenção de enganar alguém**. Percebe-se, portanto, que o contexto de uma mentira social autoriza o uso do engano, isto é, a formalidade dos atos sociais permite que as pessoas enganem as outras, vestindo máscaras que escondem os seus verdadeiros sentimentos (ou intenções).

A partir desse ponto de vista, chegou-se à conclusão de que a estória (V) tinha mais elementos do protótipo do que o desejado e que, por isso, deveria ser substituída. O experimento exige que ela tenha apenas dois elementos: uma proposição claramente falsa e o conhecimento, por parte do falante, de que o seu enunciado é falso. A *intenção de enganar alguém* não pode estar presente. Situações com essas características não são muito frequentes na vida real, portanto, a solução encontrada foi utilizar um contexto de ironia. Por exemplo: se um indivíduo, com uma intenção sarcástica, disser exatamente o contrário daquilo que sente por uma certa pessoa num contexto em que todos já conhecem os verdadeiros sentimentos desse indivíduo para com aquela pessoa, não haverá a intenção de enganar ninguém, pois, neste caso, o indivíduo não precisa esconder os seus sentimentos, uma vez que eles são do conhecimento de todos. O que ele deseja é

zombar de uma certa situação que lhe parece grotesca mascarando o seu enunciado, isto é, utilizando uma implicatura conversacional que ele sabe de antemão que será corretamente interpretada.<sup>2</sup>

A estória (VII) foi substituída com o objetivo de se controlar o que os autores norte-americanos chamaram de "*gravidade das conseqüências*", ou seja, uma possível variável que interfere nas respostas fazendo com que os entrevistados julguem uma determinada situação com base nas conseqüências negativas que ela desencadeia.<sup>3</sup> Segundo informações de COLEMAN & KAY, o experimento desses autores revela que todo o grupo formado por médicos assinalou a estória (VII) como *mentira*.<sup>4</sup> Para se eliminar esse tipo de desvio, optou-se pela substituição de (VII) por uma outra estória cujos efeitos fossem menos nocivos.

A estória (VIII) foi substituída por dar margem a uma interpretação dúbia quanto à presença do terceiro elemento do protótipo: a *intenção de enganar*. Os próprios autores reconhecem que o contexto da estória de *Superfan* pode ter confundido os informantes quanto à real intenção do personagem no momento em que ele enuncia que está doente.<sup>5</sup> Como essa estória deve ser

---

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre "implicatura conversacional", ver: GRICE 1975.

<sup>3</sup> COLEMAN, L. & KAY, P. *op. cit.*, p. 38: " (...) we did not control for the seriousness of the (imagined) consequences in our stories (...) It seems, for example, that the seriousness of Nurse Braine's innocent misrepresentation may have influenced some subjects in the direction of CALLING it a lie (...)"

<sup>4</sup> COLEMAN & KAY 1981, p. 39.

<sup>5</sup> COLEMAN, L. & KAY, P. *op. cit.*, p. 39: "It seemed likewise not to be entirely clear whether Superfan intended his boss to deduce that he was going to the game, or was merely making an inept attempt to deceive, hoping his boss would not remember that it was the day of the game."

formulada de modo a representar *apenas um* elemento do protótipo (ou seja: *o falante acredita que aquilo que ele está dizendo é falso*), e uma vez que esse tipo de situação é pouco comum nos atos da vida real, a solução encontrada foi utilizar uma outra circunstância de ironia na qual o indivíduo faz uma observação que julga ser falsa, com o intuito de escarnecer o comentário infeliz de um amigo, mas sem saber que, por uma casualidade, o seu enunciado é realmente verdadeiro.

Após feitas todas essas modificações, o questionário foi submetido a um pré-teste que solicitou, a seis professores universitários, o cumprimento de duas tarefas: (i) responder as oito perguntas propostas e (ii) avaliar a presença e a ausência dos elementos do protótipo em cada uma das histórias. Os resultados dessa pré-testagem revelaram a necessidade de se refazer o quadro de respostas, bem como de reestruturar certas histórias, principalmente aquelas com trechos que ocasionavam dupla interpretação.

Cada história - com uma extensão de sessenta e duas palavras em média - foi datilografada na parte superior de uma folha A-4 com um número de ordem. Na parte inferior, foram colocados um quadro de respostas com uma pequena instrução de preenchimento e um espaço em branco para eventuais observações dos informantes. O resultado final pode ser observado no ANEXO 1.

## 4.2 Os informantes

Uma vez que o experimento utiliza um estímulo escrito e que este estímulo exige dos informantes uma competência de leitura adequada (isto é, versatilidade no manuseio do código escrito, concentração, observação cuidadosa de todos os detalhes, estabelecimento de relações intra e extratextuais), decidiu-se entrevistar apenas estudantes universitários e indivíduos com curso superior (completo ou não).

Os questionários foram aplicados a oitenta e sete falantes nativos de português, dos quais sessenta e nove eram estudantes universitários de diversos cursos (80 %) e dezoito eram indivíduos de outras profissões (20 %).<sup>6</sup>

Não foi possível se fazer um controle estratificado da idade, uma vez que o uso de um estímulo escrito poderia inviabilizar a coleta de dados de crianças e idosos. De uma maneira geral, pode-se dizer que o grupo de não-estudantes está representado por pessoas com idades que variam de 30 a 55 anos e o grupo de estudantes abarca indivíduos com idades de 18 a 30 anos.

Quanto à variável *sexo*, procurou-se manter um número equivalente de homens e mulheres. Foram entrevistadas quarenta e

---

<sup>6</sup> O universo é composto de estudantes dos cursos de: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Educação Artística, Enfermagem, Engenharia, Farmácia, Filosofia, Física, Geografia, História, Informática, Letras, Medicina, Nutrição e Turismo; e de indivíduos das seguintes profissões: advogado, bancário, bibliotecário, biólogo, comerciante, jornalista, médico, orientador educacional e professor.

duas pessoas do sexo masculino e quarenta e cinco do sexo feminino. Após a exclusão dos questionários invalidados, a amostra foi reduzida para trinta e oito homens e trinta e nove mulheres.<sup>7</sup>

#### 4.3 A coleta de dados

O *corpus* está composto de entrevistas com estudantes da Universidade Federal do Paraná e com moradores da cidade de Curitiba realizadas durante o segundo semestre de mil novecentos e noventa e três.

A aplicação dos questionários para o grupo de estudantes foi feita da seguinte forma: o aplicador apresentava-se a um determinado grupo de alunos e solicitava voluntários para participarem da pesquisa. Em seguida, esses voluntários se retiravam da sala de aula, por um período de dez a quinze minutos, para preencher os questionários.

Os informantes permaneceram anônimos e somente foram solicitados a indicar por escrito o sexo e o nome do curso ao qual pertenciam. A única informação transmitida aos participantes foi a de que a pesquisa pretendia investigar o significado da palavra *mentira*. Nenhuma informação sobre o conteúdo do

---

<sup>7</sup> O critério utilizado para invalidar questionários está descrito no item 4.4. deste capítulo.



experimento foi fornecida.

Primeiramente, cada informante recebia uma folha de instruções (ver ANEXO 1) com itens que o aconselhavam a fazer uma leitura minuciosa. Em seguida, as folhas com as histórias eram distribuídas uma a uma e os informantes somente recebiam uma nova folha depois que a anterior tivesse sido lida, respondida e entregue novamente ao aplicador. Portanto, em nenhum momento os informantes puderam comparar as histórias ou as respostas dadas para cada história. Com isso, objetivou-se: (i) evitar que os informantes trouxessem o contexto de uma história para dentro de outra, (ii) evitar que algumas respostas fossem alteradas em função de outras respostas e (iii) valorizar a primeira intuição dos informantes nos seus julgamentos.

A aplicação dos questionários para o grupo de não-estudantes seguiu, basicamente, esse mesmo roteiro. A única diferença se refere ao fato das entrevistas terem sido realizadas separadamente com cada um dos indivíduos.

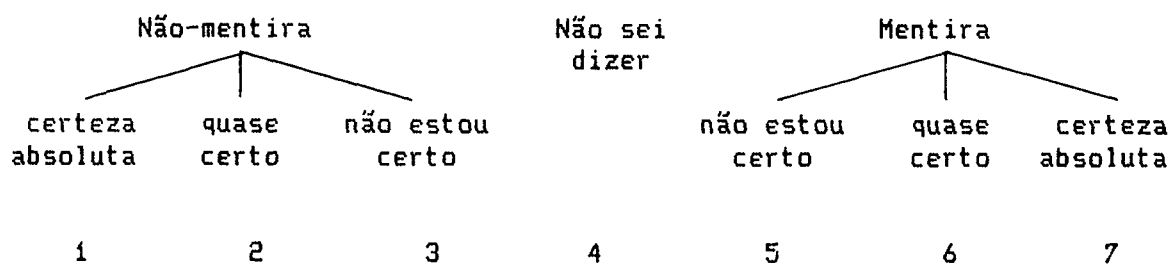
#### 4.4 Os procedimentos para a análise dos dados

As histórias (I) e (II) deste experimento (ver ANEXO 1) foram consideradas **histórias-controle** por apresentarem, respectivamente, uma mentira e uma não-mentira claramente marcadas. Somente um desvio causado pela falta de atenção ou pelo excesso de

cooperação poderia levar os indivíduos a assinalarem outras opções que não fossem *mentira* para a estória (I) e *não-mentira* para a (II). Portanto, os questionários com respostas erradas para as estórias-controle foram invalidados, procurando-se garantir, dessa forma, que apenas os indivíduos que apresentassem condições de diferenciar os pontos extremos das duas situações fossem considerados aptos a julgar as situações intermediárias.

As respostas dos informantes para cada estória foram convertidas num valor numérico a partir de uma escala de 1 (*não é mentira, tenho certeza absoluta*) a 7 (*é mentira, tenho certeza absoluta*), conforme ilustra a **Figura 1**.<sup>8</sup>

**Figura 1.** Escala numérica para a conversão das respostas.



A soma dos valores que todos os informantes atribuíram a uma determinada estória foi chamada de *escore total*. Porém, o uso do escore total é válido apenas quando se comparam grupos com o

<sup>8</sup> Para um melhor entendimento dessa escala, ver os itens 3.4 e 3.5 do Capítulo 3.

mesmo número de informantes. Uma vez que os grupos estratificados deste experimento variam em relação à quantidade de entrevistados, preferiu-se trabalhar com os *escores médios*.<sup>9</sup> Isso possibilitou também a comparação dos resultados com o experimento de COLEMAN & KAY, que utiliza um universo menor (67 informantes).

Para se determinar a hierarquia interna dos elementos do protótipo, ou seja, o peso de cada um dos elementos em relação aos demais, procedeu-se à comparação dos *escores médios* daquelas histórias que se diferenciam pela presença ou ausência de um único elemento. Por exemplo: comparando-se a história V (++-) com a história III (+-+), percebe-se que elas se assemelham pela presença do elemento a (*P é falso*), porém, enquanto a história (V) possui também o elemento b (*F acredita que P é falso*), a história (III) possui c (*F pretende enganar*). Se o *escore médio* da história (III) for maior que o *escore* de (V), pode-se dizer, então, que a presença do elemento c é mais importante no momento de se julgar uma situação como *mentira* do que a presença de b. Portanto, se houver um padrão consistente nessas comparações, haverá evidências sobre a estrutura interna dos elementos do protótipo.

A hipótese do protótipo prevê que, ao se compararem os *escores* de duas histórias, aquela que contiver mais elementos do protótipo deverá ter recebido da maioria dos informantes um *escore* de *mentira* igual ou maior do que o da história com menos elementos. Por exemplo: ao compararmos a história I (+++) com

---

<sup>9</sup> Obtém-se o *escore médio*, dividindo-se o *escore* total de um determinado grupo pelo número de indivíduos desse mesmo grupo.

qualquer uma das outras, ela deverá ter recebido o escore mais alto da maioria dos entrevistados por ser a única que contém os três elementos do protótipo. De acordo com esse procedimento, são possíveis dezenove comparações. Para cada par confrontado, procedeu-se à contagem do número de informantes que deram escore igual ou maior para a estória com mais elementos e se dividiu esse número pela quantidade total de entrevistados (setenta e sete). Um teste estatístico de significância respondeu se a proporção obtida é uma evidência empírica confiável que corrobora a hipótese ou se representa apenas um desvio ao acaso.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>O teste de significância responde à seguinte pergunta: assumindo-se uma probabilidade de acerto de 50 % (0.50), seria a diferença entre essa probabilidade e a proporção obtida para cada par comparado suficientemente alta para permitir a afirmação de que não ocorreu por simples acaso? Quando a resposta for **SIM**, significa que o resultado obtido tem menos de 1 % de chances de ser fruto do acaso. Quando a resposta for **NÃO**, significa que a probabilidade desse resultado ter ocorrido ao acaso é alta, ou melhor, superior ao nível de rigor estabelecido (1 % ou 0.01), e que, portanto, a hipótese em teste deve ser rejeitada.

## 5 RESULTADOS

Foram aplicados 87 questionários, porém, 10 foram invalidados por conterem respostas erradas para as histórias-controle.<sup>1</sup> A Tabela 1 apresenta um panorama geral da tendência de julgamento dos 77 informantes remanescentes.

Tabela 1. Número total de informantes que marcaram cada história como não-mentira, não sei dizer ou mentira.

estórias	elementos	- Mentira	Não sei	+ Mentira
I.	(+++)	0	0	77
II.	(---)	77	0	0
III.	(+-+)	35	6	36
IV.	(-++)	10	6	61
V.	(++-)	40	15	22
VI.	(--+)	42	1	34
VII.	(+--)	48	7	22
VIII.	(-+-)	28	10	39

A história (IV) apresenta um perfil bem definido para a maioria dos informantes: 80 % deles a consideram uma *mentira*, enquanto apenas 13 % assinalam *não-mentira* e 7 % *não sei dizer*.

Para a história (VII), observa-se uma tendência acentuada em direção à *não-mentira* por parte de 62 % dos informantes, 29 % a consideram *mentira* e 9 % permanecem indecisos.

---

<sup>1</sup> Nenhum informante errou ambas as histórias (I) e (II); quatro assinalaram *mentira* para a história (II); três assinalaram *não-mentira* para a história (I); dois assinalaram *não sei dizer* para a história (I) e um informante assinalou *não sei dizer* para a história (II).

Percebe-se que o número de informantes indecisos aumenta nas estórias V (19 %) e VIII (13 %). Apesar disso, 52 % assinalaram *não-mentira* para (V), em oposição a 29 % marcando *mentira* para a mesma estória, e 51 % assinalaram *mentira* para a (VIII) enquanto 36 % a consideraram *não-mentira*.

Nas estórias (III) e (VI) os julgamentos se dividem de forma a não permitirem o estabelecimento de uma tendência mais definida.

Entretanto, quando os informantes são separados por sexo, como mostra a Tabela 2, os resultados apontam uma influência dessa variável em relação às estórias (III) e (VIII).

**Tabela 2.** *Número total de informantes, separados por sexo, que marcaram cada estória como não-mentira, não sei dizer ou mentira.*

estórias	HOMENS			MULHERES		
	- Mentira	Não sei	+ Mentira	- Mentira	Não sei	+ Mentira
I. (+++)	0	0	38	0	0	39
II. (---)	38	0	0	39	0	0
III. (+-+)	12	2	24	23	4	12
IV. (-++)	4	3	31	6	3	30
V. (++-)	18	8	12	22	7	10
VI. (--+)	19	1	18	23	0	16
VII. (+--)	23	2	13	25	5	9
VIII. (-+-)	16	6	16	12	4	23

Embora os dois grupos não possuam exatamente o mesmo número de informantes, é possível observar que a estória (III) recebe julgamentos opostos dos homens e mulheres na tendência geral de

ambos os grupos. Enquanto 63 % dos homens assinalam *mentira*, 59 % das mulheres assinalam *não-mentira*.

A estória (VIII) permanece indefinida para os homens, porém, entre as mulheres, há uma tendência em direção ao julgamento de *mentira*: 59 % marcaram essa alternativa, 31 % assinalaram *não-mentira* e 10% permaneceram indecisas.

Quando se comparam os escores médios de homens e mulheres (ver **Tabela 3**), observa-se que há uma tendência dos homens a atribuir escores de mentira mais altos para a estória (III). Essa mesma propensão, embora menos acentuada, mantém-se para as estórias (V) e (VII). Em relação à estória (VIII), nota-se que são as mulheres, e não os homens, que tendem a aumentar levemente o escore de mentira.

**Tabela 3.** *Relação dos escores médios obtidos pelas estórias quando se separam os sexos.*

estórias	Homens	Mulheres
I. (+++)	6.74	6.82
II. (---)	1.26	1.26
III. (+-+)	4.34	3.20
IV. (-++)	5.31	5.36
V. (++-)	3.92	3.38
VI. (--+)	4.05	3.87
VII. (+--)	3.55	3.20
VIII. (-+-)	4.13	4.41

Na **Tabela 4** são comparados os escores médios das estórias que se diferenciam pela presença ou ausência de um único elemento

para se obter, assim, o grau de importância de cada um desses componentes.

**Tabela 4.** Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância.

estórias		peso dos elementos	hierarquia
V (++)	III (+-+)		
3.65	3.77	b < c	
IV (-++)	III (+-+)		
5.34	3.77	b > a	c > b > a
IV (-++)	V (++)		
5.34	3.65	c > a	
VIII (-+-)	VI (---)		
4.27	3.96	b > c	
VIII (-+-)	VII (+--)		
4.27	3.38	b > a	b > c > a
VI (---)	VII (+--)		
3.96	3.38	c > a	

A expectativa inicial quanto à estrutura interna do protótipo era a de que o elemento c (*F pretende enganar*) se revelasse como o mais importante, seguido pelo elemento b (*F sabe que P é falso*) e, por último, o elemento a (*P é falso*) como o menos importante na configuração de uma mentira. Na comparação dos três primeiros pares de estórias, observa-se que esta expectativa é confirmada. Porém, no segundo conjunto de comparações, obtém-se uma outra ordem na qual apenas o elemento a se confirma como o menos importante. O elemento c passa para o segundo lugar e o b se mostra o mais importante de todos. Como



não há um padrão consistente nessas comparações e uma vez que os escores médios dos pares (V) e (III), de um lado, e (VIII) e (VI), do outro, não se distanciam o suficiente para garantir uma diferença clara entre b e c, não é possível saber qual é o elemento mais importante do protótipo.

Quando se separam os informantes por sexo, observa-se que, entre os homens (ver Tabela 5), a comparação dos escores médios de (V) e (III) revela que o elemento c tem um peso maior do que o b. Entretanto, quando se comparam (VIII) e (VI), nota-se que os escores são praticamente equivalentes e que, portanto, não é possível dizer qual é o elemento principal.

**Tabela 5.** Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância para o grupo dos *homens*.

estórias		peso dos elementos	hierarquia
V (++-)	III (+-+)		
3.92	4.34	b < c	
IV (-++)	III (+-+)		
5.31	4.34	b > a	c > b > a
IV (-++)	V (++-)		
5.31	3.92	c > a	
VIII (-+-)	VI (---)		
4.13	4.05	b > c	
VIII (-+-)	VII (+--)		
4.13	3.55	b > a	b > c > a
VI (---)	VII (+--)		
4.05	3.55	c > a	

**Tabela 6.** Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância para o grupo das *mulheres*.

estórias		peso dos elementos	hierarquia
V (++)	III (++)	b > c	
3.38	3.20		
IV (++)	III (++)	b > a	b > c > a
5.36	3.20		
IV (++)	V (++)	c > a	
5.36	3.38		
VIII (++)	VI (++)	b > c	
4.41	3.87		
VIII (++)	VII (++)	b > a	b > c > a
4.41	3.20		
VI (++)	VII (++)	c > a	
3.87	3.20		

Entre as mulheres (ver Tabela 6), o padrão hierárquico é consistente, ou seja, se confirma em todas as comparações, portanto, parece haver uma tendência desse grupo para considerar **b** como o mais importante, **c** como o segundo mais importante e **a** como o elemento menos importante. Entretanto, esses resultados devem ser vistos com cautela, dado que os escores médios de (V) e (III) não se diferenciam o suficiente para permitir uma afirmação mais segura.

**Tabela 7.** *Comparações indicando o número de informantes que dão escore de mentira mais alto para as histórias que possuem mais elementos do protótipo.*

Estórias 1ª coluna	Estórias 2ª coluna	Número de informantes dando escore de menti ra igual ou maior pa ra a história da 1ª co- luna.	Número anterior como uma propor ção de 77.	é significativo no nível 0.01?
I(+++)	III(+--+)	73	0.95	SIM
I(+++)	IV(-++)	77	1.00	SIM
I(+++)	V(++-)	73	0.94	SIM
I(+++)	VI(--+)	76	0.99	SIM
I(+++)	VII(+--)	77	1.00	SIM
I(+++)	VIII(-+-)	76	0.99	SIM
I(+++)	II(---)	77	1.00	SIM
III(+--+)	VI(--+)	52	0.67	SIM
III(+--+)	VII(+--)	55	0.71	SIM
III(+--+)	II(---)	74	0.96	SIM
IV(-++)	VI(--+)	63	0.82	SIM
IV(-++)	VIII(-+-)	64	0.83	SIM
IV(-++)	II(---)	77	1.00	SIM
V(++-)	VII(+--)	54	0.70	SIM
V(++-)	VIII(-+-)	44	0.57	NÃO
V(++-)	II(---)	75	0.97	SIM
VI(--+)	II(---)	77	1.00	SIM
VII(+--)	II(---)	75	0.97	SIM
VIII(-+-)	II(---)	77	1.00	SIM

A Tabela 7 apresenta os resultados de dezenove comparações nas quais as histórias da 1ª coluna têm, no mínimo, um elemento a mais do que as histórias da 2ª coluna. De acordo com a hipótese do protótipo, as histórias da 1ª coluna deverão ter recebido, da maioria dos 77 informantes, um escore de mentira igual ou maior do que os escores atribuídos às histórias da 2ª coluna. Isso se confirma em todas as dezenove comparações. Observa-se, também, que em dezoito pares o resultado obtido é significativo no nível 0.01, o que corrobora a hipótese testada.

## 6 DISCUSSÃO

### 6.1 As estórias-controle e o quadro de respostas.

O primeiro ponto a ser levantado é o elevado número de informantes que deram respostas erradas para as estórias-controle.<sup>1</sup> O mau desempenho desses indivíduos pode ser atribuído ao tipo de atitude assumida diante do experimento. Se o entrevistado se posicionou, por exemplo, de uma maneira não-cooperativa, é bastante provável que uma leitura desatenta tenha ocasionado o erro. Por outro lado, se o indivíduo se posicionou de uma maneira excessivamente cooperativa, é possível que essa disposição tenha levado o informante a encarar erroneamente a estória como um enigma que precisava ser desvendado. Isso pode ter provocado ou uma tentativa de extrair mais inferências do que a estória realmente permitia, ou uma preocupação maior com a resposta e não com a estória, no sentido de querer causar uma boa impressão (demonstrar inteligência ou esperteza, por exemplo). Qualquer uma dessas alternativas pode ter induzido os entrevistados ao erro.

Quando se comparam os escores médios das estórias (I) e (II) deste experimento com os do experimento de COLEMAN & KAY, percebe-se que os informantes brasileiros também apresentam um

---

<sup>1</sup> No experimento de COLEMAN & KAY, de um total de 72 questionários, apenas 3 foram invalidados por conterem respostas erradas para a estória-controle número (II).

desempenho menos satisfatório.<sup>2</sup> Supõe-se que o desvio apresentado pelos falantes de português em direção a um aumento da incerteza possa ter sido causado por uma interpretação equivocada do quadro de respostas. Esse quadro (ver ANEXO 1) solicita duas informações conectadas: um julgamento e o grau de certeza desse julgamento. Para se evitar que as pessoas tendessem a assinalar *certeza absoluta* mesmo quando não estivessem totalmente certas, o experimento tentou fazer com que o informante refletisse sobre o seu julgamento considerando a sentença (1).

(1) *A maioria das pessoas concordaria com a minha resposta.*

Em princípio, essa sentença deveria ter recebido a interpretação (a).

(a) Admitindo-se que possa haver uma concordância entre as pessoas, que grau de certeza eu tenho do meu julgamento a ponto de afirmar que a maioria das pessoas concordaria com ele?

Porém, é provável que, ao invés de (a), algumas pessoas tenham dado para (1) as interpretações desviantes (b) ou (c).

(b) Com que grau de certeza eu afirmo que pode haver uma concordância entre a maioria das pessoas?

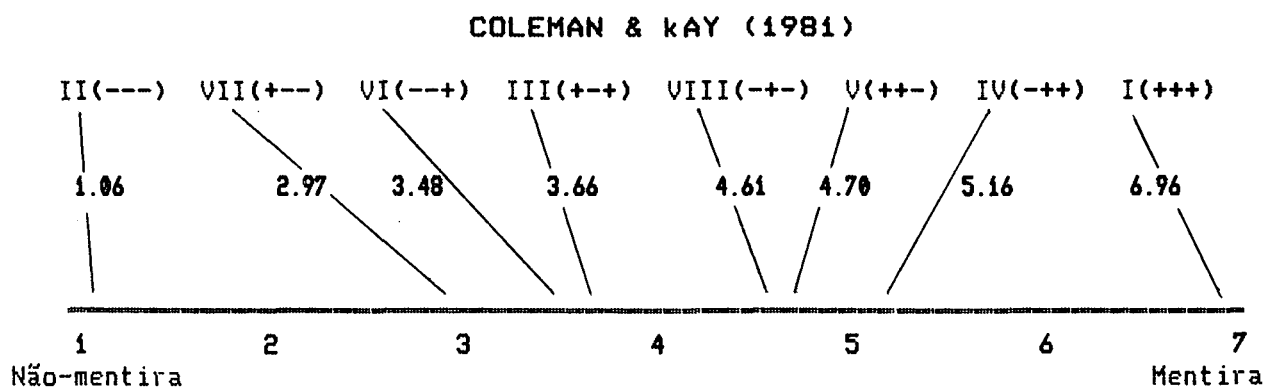
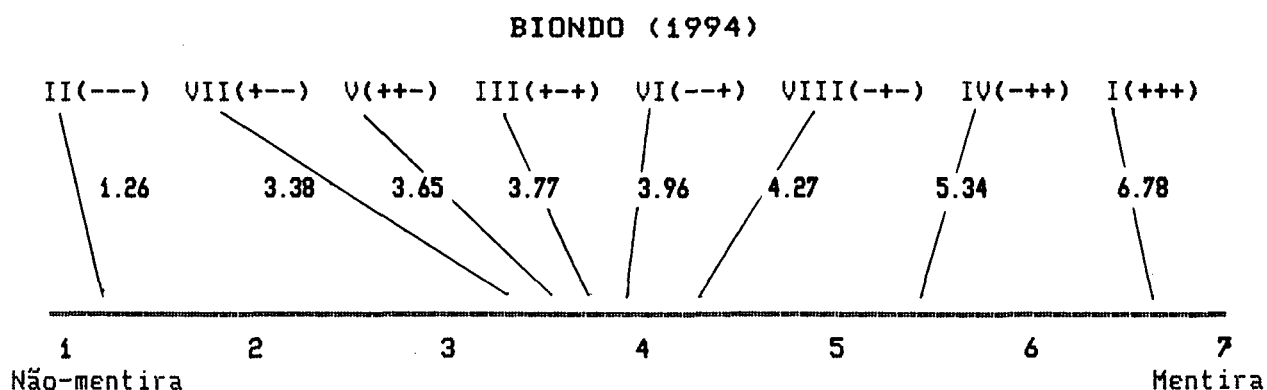
---

<sup>2</sup> Esperava-se que a estória (I) obtivesse um escore médio de 7.00 (ou seja, *certeza absoluta de que é mentira*) e que a estória (II) obtivesse um escore médio equivalente a 1.00 (isto é, *certeza absoluta de que não é mentira*). Observe que os valores de COLEMAN & KAY se aproximam mais dessa expectativa - 6.96 para (I) e 1.06 para (II) - do que os resultados obtidos com informantes brasileiros - 6.78 para (I) e 1.26 para (II).

(c) Com que grau de certeza eu afirmo que a maioria das pessoas concordaria comigo em alguma coisa?

Uma outra possibilidade de interpretação desviante é aquela em que o entrevistado simplesmente desprezou a sentença (1) e deu o seu grau de certeza sem realizar a reflexão proposta. Qualquer uma dessas possibilidades pode ter conduzido o informante a relativizar o seu grau de certeza, mesmo quando estava absolutamente certo, ou a dar uma resposta isenta de incerteza, mesmo estando incerto.

**Figura 2.** Comparação dos escores médios, distribuídos por uma escala numérica, dos experimentos de BIONDO (1994) e de COLEMAN & KAY (1981).



Não se sabe com exatidão em que medida esse desvio influenciou os escores de todas as estórias. Estima-se que ele tenha afetado mais diretamente a (I) e a (II) por serem as únicas que exigiam o grau máximo de certeza. Entretanto, quando se comparam os escores médios deste experimento com os de COLEMAN & KAY, como faz a **Figura 2**, é possível perceber que, entre os informantes brasileiros, os julgamentos tendem a se distribuir mais para o centro da escala numérica, ou seja, para a indeterminação.

## 6.2 A variável *sexo*.

O próximo ponto a ser discutido é a tendência observada em direção a uma influência de *sexo*. Acredita-se que esses desvios possam ter sido causados por problemas metodológicos *internos* (referentes à confecção das estórias) e *externos* (referentes ao posicionamento - cooperativo ou não-cooperativo - assumido pelos informantes diante do experimento). Para se tentar explicar os problemas metodológicos internos será necessário considerar algumas hipóteses, que serão tratadas como possíveis *fatores de interferência*. Considere a hipótese (2).

- (2) As estórias podem ser reduzidas a um tipo de relação conflituosa entre dois personagens. Quando o conflito envolve um homem e uma mulher, diz-se que a relação é *marcada*. Quando o conflito envolve ou dois homens ou duas mulheres, diz-se que a relação é *não-marcada*.

A partir de (2) é possível estabelecer o primeiro fator de interferência, cujo conteúdo está formulado em (3).

- (3) As histórias que apresentam relações de conflito *marcadas* tendem a forçar uma identificação das pessoas com o personagem do mesmo sexo. Desta forma, os homens tenderão a se posicionar a favor do personagem masculino e contra o personagem feminino e as mulheres, a se posicionar a favor do personagem feminino e contra o personagem masculino.

O fator (3), contudo, não parece ser o único que está direta ou indiretamente afetando os resultados do experimento. Uma outra possibilidade de interpretação dos dados é supor que houve uma diferenciação entre homens e mulheres na importância ou no peso cognitivo atribuído a um dos elementos do protótipo. Esse fator é formulado em (4).

- (4) O elemento *a* (*P é falso*) tende a ser mais importante para os homens do que para as mulheres.

De acordo com as suposições acima, a história (III), que foi considerada pela maioria dos homens uma *mentira* e pela maioria das mulheres uma *não-mentira*, pode ter sofrido a interferência conjunta dos fatores (3) e (4). Em primeiro lugar, porque a história contém uma relação de conflito claramente *marcada*, na qual o personagem feminino (*Carmem*) tenta mentir para o personagem masculino e, em segundo lugar, porque a história contém o elemento *a*, supostamente mais importante para os homens.

Em relação à história (IV), observa-se que não há nenhum



desvio apontando para uma influência de *sexo*. Isso leva a crer que essa estória não deve ter sofrido a interferência dos fatores (3) e (4). Em primeiro lugar, porque ela contém uma relação de conflito *não-marcada* (*filha versus mãe*) e, em segundo lugar, porque a estória não contém o elemento *a*.

Quanto à estória (V), percebe-se que os homens tendem a dar um escore de mentira maior do que o atribuído pelas mulheres. Acredita-se que esse desvio tenha sido causado pelo fator (4), uma vez que a estória contém o elemento *a*. É bastante provável que o fator (3) não tenha interferido nos resultados. Se isso tivesse ocorrido, a expectativa seria obter um escore de mentira mais alto das mulheres do que dos homens porque, ao se reduzir a estória a uma relação de conflito *marcada* (*Paulo versus secretária de Antônio*), as mulheres tenderiam a assinalar *mentira*, colocando-se contra o personagem masculino.

A estória (VI) apresenta um resultado curioso. O pequeno desvio observado nas respostas de homens e mulheres poderia simplesmente ser atribuído a uma diferença amostral. Entretanto, é importante observar que essa diferença, embora pequena, mostra uma tendência dos homens a dar um escore de mentira maior do que o atribuído pelas mulheres. Como essa estória não possui o elemento *a*, pode-se dizer que o fator (4) não deve ter interferido nos resultados. Quanto ao fator (3), esperava-se que ele causasse uma interferência maior nas respostas, fazendo com que mais homens do que mulheres considerassem a estória uma *mentira*, dado que (VI) apresenta uma relação de conflito *marcada* na qual o personagem feminino (*Maria*) tenta mentir para o

personagem masculino (*Pedro*). A **Tabela 2** mostra que o julgamento dos homens está dividido entre *mentira* e *não-mentira* e que as mulheres tendem a assinalar *não-mentira*. Por que motivo o fator (3) parece interferir nas respostas das mulheres mas não, nas respostas dos homens? Uma explicação plausível seria entender que o problema está no *enunciado* do personagem feminino da estória (ver ANEXO 1). Para as mulheres, que supostamente tendem a não considerar relevante o elemento *a* do protótipo, a resposta de *Maria* está adequada. Portanto, o conflito existe e a variável (3) entra em jogo. Algumas observações feitas por indivíduos desse grupo sugerem que houve, realmente, uma tendência para defender o personagem feminino.<sup>3</sup> Já para os homens, que supostamente se fixam com mais intensidade no elemento *a*, isto é, na proposição falsa de um ato de fala, o enunciado de *Maria* não está adequado porque não responde a pergunta de *Pedro* ("*Você viu o José esta semana?*") - pergunta que exigiria, em princípio, uma resposta do tipo *SIM* ou *NÃO*. Uma vez que *Maria* não deu uma resposta objetiva, é provável que uma parcela dos homens tenha permanecido confusa e impossibilitada de se posicionar contra o personagem feminino.<sup>4</sup>

Em relação à estória (VII), nota-se uma tendência dos homens a dar um escore de *mentira* mais alto do que o atribuído pelas

---

<sup>3</sup> Por exemplo, uma das entrevistadas, que deu para a estória (VI) o escore 3 (*não foi mentira, não estou certa*) registrou o seguinte comentário: "*O argumento é tipicamente feminino. É possível que muitas mulheres o usem até sem perceber (você não imagina quantas vezes eu já fiz isso).*"

<sup>4</sup> Isso fica claro nos comentários dos homens. Por exemplo, um dos entrevistados, que deu para a estória (VI) um escore 2 (*não foi mentira, estou quase certo*) fez a seguinte observação: "*Maria relatou um fato verídico, mas realmente não respondeu à pergunta de Pedro.*"

mulheres. Como essa estória possui apenas o elemento *a* do protótipo, ou seja, uma proposição falsa, é bastante provável que o fator (4) tenha interferido nos resultados. Por outro lado, uma vez que a estória contém uma relação *marcada* (*marido versus mulher*) é possível que o fator (3) também tenha provocado algum desvio. Não se sabe exatamente qual dos dois fatores pode ter exercido maior pressão sobre as respostas dos informantes.

Quanto à estória (VIII), a expectativa é de que nenhum dos fatores levantados acima tenha interferido nos resultados. Em primeiro lugar, porque a estória não possui o elemento *a*, apenas o elemento *b* (*F acredita que P é falso*); em segundo lugar, porque ela contém uma relação *não-marcada*, isto é, um conflito entre dois personagens masculinos. Como explicar, então, o fato de que mais mulheres do que homens consideraram essa estória uma *mentira*? Uma primeira possibilidade seria supor que, para certas mulheres, o elemento *b* tem um grau de importância maior do que os demais elementos do protótipo. Embora os resultados da Tabela 6 apontem nessa direção, não se sabe exatamente por que isso acontece com mais intensidade na estória (VIII). Uma outra possibilidade seria considerar que, para alguns informantes do sexo feminino, essa estória não contém apenas o elemento *b* mas também o elemento *c* (*F pretende enganar*), o que ocasionaria um aumento dos escores de mentira nesse grupo.

Como se pôde perceber até o momento, há, pelo menos, duas maneiras básicas de se posicionar diante dessa discussão. A primeira é supor que houve muito mais uma variação amostral do que propriamente uma influência de sexo e que os desvios

observados desaparecerão na medida em que se aumente o número de indivíduos em cada grupo. A segunda é supor que as diferenças observadas nas respostas de homens e mulheres apontam realmente para uma influência de sexo e que essas diferenças aumentarão na medida em que se aumente o número de representantes de cada grupo. Se este último posicionamento estiver correto, espera-se que alguns fatores que favorecem essa influência de sexo possam ser identificados. Os fatores (3) e (4) foram levantados a partir dessas suposições e acredita-se que eles possam ter influenciado aquela parcela de informantes que estava mais propensa a uma atitude não-cooperativa diante do experimento. Por esse motivo, é importante observar a restrição (5).

- (5) A manifestação dos fatores (3) e (4) tende a se intensificar nos informantes propensos a uma atitude não-cooperativa e tende a se anular nos informantes propensos a uma atitude cooperativa.

### 6.3 Mentira versus Ironia.

O próximo ponto a ser levantado é a familiaridade que as histórias V (++-) e VIII (-+-) guardam com a ironia. Durante a confecção dessas histórias, procurou-se garantir que elas não contivessem o elemento c (F *pretende enganar*) mas sim o elemento b (F *acredita que P é falso*). Os únicos contextos considerados

satisfatórios para representar essa configuração de elementos eram aqueles com um certo grau de ironia.

Em princípio, isso não suscita maiores problemas porque o experimento trabalha com três possibilidades, isto é, o informante pode achar que determinado ato de fala: (i) é uma *mentira*; (ii) é uma outra coisa qualquer e, portanto, é uma *não-mentira* ou (iii) é algo de difícil classificação e, portanto, assinalar *não sei dizer*. Observe que optar por *não-mentira* não significa necessariamente classificar a estória como uma *verdade*, ela pode ser uma *ironia*, um *engano*, uma *farsa*, uma *representação* ou qualquer outra coisa que mantenha uma relação muito próxima com a *mentira* mas que se encontre num campo provisoriamente delimitado e denominado de *não-mentira*. Da mesma forma, supõe-se que, ao assinalar a opção *não sei dizer*, essa indecisão está na verdade indicando que o estímulo apresentado se localiza, para o informante, numa faixa de intersecção de duas ou mais categorias, ou seja, num espaço *fuzzy*. Para que haja essa intersecção, é preciso supor que as categorias envolvidas tenham, no mínimo, um mesmo elemento em comum. Portanto, teoricamente é possível gerar uma ironia a partir de alguns elementos do protótipo da mentira.

Considere, agora, os resultados empíricos obtidos para (V) e (VIII). A Tabela 1 mostra: (i) que o número de informantes indecisos aumenta consideravelmente nessas estórias; (ii) que, embora a estória (V) contenha dois elementos do protótipo, a maioria dos informantes a classifica como *não-mentira* e (iii) que, embora a estória (VIII) possua apenas um elemento do

protótipo, ela é classificada pela maioria dos informantes como uma *mentira*.

Quanto ao resultado da estória (V), existem, pelo menos, duas possibilidades de interpretação. A primeira, e a mais provável, pode ser expressa da seguinte forma:

- (6) A maioria dos informantes percebeu a presença dos elementos a e b, porém, viu na estória (V) muito mais uma *ironia* do que uma *mentira*.

A segunda possibilidade seria acreditar que a maioria dos informantes não percebeu ou simplesmente desprezou a presença do elemento b na estória (V).

Quanto ao resultado de (VIII), não se sabe ao certo porque a maioria dos entrevistados tendeu a assinalar *mentira*.<sup>5</sup> É possível, por exemplo, que os informantes tenham achado que essa estória continha não apenas o elemento b, como se pretendia, mas também uma grande dose do elemento c.

Considere, agora, alguns questionamentos teóricos decorrentes dessa discussão. Primeiro: de que maneira os elementos a e b entram na constituição de uma ironia? Uma resposta possível para essa pergunta está na fórmula (7), que é uma tentativa de caracterização de uma ironia prototípica a partir de algumas sugestões feitas por GRICE.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Esse mesmo fenômeno ocorreu com a estória (VIII) do experimento de COLEMAN & KAY (ver Figura 2).

<sup>6</sup> Para se discutir essa formulação, ver GRICE, H. P. *Logic and conversation*. In: COLE, P. & MORGAN, J. L. (eds.) *Syntax and semantics - speech acts*. New York, Academic Press, 1975. p.41-58.

- (7) Dados os elementos *x* (*P é falso*),  
*y* (*F sabe de x*) e *z* (*os ouvintes*  
*de F sabem de y*). Então, se *F*  
 souber de *z*, haverá uma *ironia*.

Um exemplo ótimo de *ironia* parece ser, portanto, aquele em que o enunciado é falso, o falante e o ouvinte sabem que o enunciado é falso e sabem também que a falsidade do enunciado é intencional. Essa intencionalidade caracteriza uma desobediência da Máxima da Qualidade, o que, por sua vez, gera uma implicatura conversacional.<sup>7</sup>

Segunda questão: qual o peso exato de *a* e *b* em relação à mentira e à ironia? Terceira: seria possível redefinir *a* e *b* para que eles não se confundam com os elementos de uma ironia? Quarta: se os elementos *a*, *b* e *c* geram uma mentira prototípica e os mesmos elementos *a* e *b* podem pertencer a uma ironia, seria correto afirmar que o elemento *c* é o mais importante na configuração de uma mentira? Quinta: é possível compreender a ironia como uma mentira não-prototípica?

Infelizmente, saber se essas perguntas estão bem formuladas ou se têm respostas positivas exigiria uma investigação mais profunda sobre as possibilidades de mapeamento do espaço semântico e outras informações sobre os tipos possíveis de ironia, assuntos que fogem ao propósito desta dissertação.

---

<sup>7</sup> Ver nota nº 11 do item 6.5.

#### 6.4. A hierarquia dos elementos do protótipo.

Quando o experimento se propõe a discutir o peso cognitivo dos elementos, isto é, o grau de importância ou o "status" que cada um deles tem dentro da categoria, supõe-se, em primeiro lugar, que esses elementos tenham sido claramente identificados pelos informantes e, em segundo lugar, que cada uma das oito histórias representa uma única combinação possível dos três elementos. Como se pôde perceber até o momento, os resultados do experimento vêm apontando desvios em relação a essas duas suposições básicas. Resta saber se esses desvios impedem qualquer tipo de generalização ou se, apesar das interferências, é possível extrair alguma conclusão.

Durante a confecção das histórias, percebeu-se que o elemento *a* (*P é falso*) é o mais objetivo de todos, ou seja, pode ser identificado com mais facilidade e controlado com maior precisão. Já os elementos *b* (*F acredita que P é falso*) e *c* (*F pretende enganar*) são mais subjetivos porque não se realizam materialmente em forma de enunciados, são geralmente inferidos ou pressupostos, o que torna mais difícil a identificação e o controle. Por exemplo, para se determinar *a*, é necessário apenas confrontar *x* (*um estado de coisas*) e *P* (*um enunciado que se refere a esse estado de coisas*). Se *P* não for igual a *x*, então, *P* é falso. Para se determinar *b* é preciso: 1º) supor que, em condições normais, o ouvinte espera que *F* (*a pessoa que enunciou P*) sempre diga o que acredita ser verdadeiro, ou seja, sempre enuncie um



P igual a x;<sup>8</sup> 20) saber que, neste caso, mesmo F tendo motivos suficientes para acreditar na veracidade de x, ele preferiu enunciar um P que não é igual a x. Para se determinar c é necessário: 10) supor que, em condições normais, o ouvinte espera que F não sonegue informações, ou seja, que F sempre revele y (o que F acha ou sabe de x); 20) confrontar P com y para saber se, neste caso, ao enunciar P, F escondeu do ouvinte alguma informação contida em y e 30) saber se F se beneficiou ao esconder do ouvinte fatos relacionados a x.

É importante observar que, numa comunicação oral direta, além das informações lingüísticas e sócio-culturais que se tem de F, existe uma série de outros signos (por exemplo, a direção do olhar, o tom de voz, o enrubescimento ou distorção facial, a aceleração da respiração, a fricção das mãos, etc.) que ajudam a identificar corretamente os elementos b e c. Num experimento que utiliza um estímulo escrito, o informante dispõe apenas de algumas sugestões lingüísticas sobre as intenções de F, o que pode não ser o suficiente para se determinar com clareza os elementos mais complexos. Observe ainda que não é possível deixar os elementos mais explícitos sem que as histórias se tornem demasiadamente intrincadas ou sem que se acuse o estímulo de estar conduzindo o informante a extrair conclusões que não são suas.

Considere, agora, os resultados da **Tabela 4**. Eles corroboram a previsão inicial de que, para a maioria dos falantes de

---

<sup>8</sup> Por "condições normais", deve-se entender uma espécie de protótipo de um ato de fala "normal", cujas regras (ou elementos) poderiam muito bem se aproximar do que está expresso nas *máximas conversacionais* de GRICE (1975).

português, a presença do elemento *a* num ato de fala é menos relevante do que a presença dos elementos *b* ou *c*, quando se pretende determinar se esse ato contém ou não uma mentira. Por outro lado, percebe-se que os resultados apontam para uma indeterminação do elemento principal do protótipo. As Tabelas 5 e 6 mostram que essa indeterminação é maior entre os homens do que entre as mulheres. Para elas, o elemento *b* é mais importante do que o elemento *c*.

Não se sabe exatamente quais foram os motivos que causaram esse tipo de desvio. Contudo, é possível levantar algumas hipóteses. Primeira: a indeterminação no peso cognitivo de *b* e *c* deve-se à interferência das variáveis (3), (4), (5) e (6) - levantadas nos itens 6.2 e 6.3, acima. Segunda: algumas histórias não têm informações suficientes para que os elementos *b* e *c* sejam perfeitamente identificados e outras contêm informações ambíguas, que podem fazer com que os informantes identifiquem a presença de *b* ou *c* nas histórias que não deveriam contê-los. Terceira: alguma variável não-controlada pode estar interferindo nos resultados.

Quanto a esta última hipótese, tendo em vista que a maioria dos informantes deste experimento é composta por estudantes universitários, é possível que tenha havido um desvio relacionado à *área de interesse profissional*. Por exemplo, acredita-se que indivíduos de cursos completamente opostos, ao se depararem com este tipo de experimento, tendam a colocar em prática estratégias diferentes (de leitura, análise e preenchimento) adquiridas durante a sua vida acadêmica. Em princípio, é razoável supor que indivíduos de cursos em que predominam disciplinas de caráter

interpretativo ou artístico tendam a apresentar comportamentos intelectuais diferentes daqueles praticados por indivíduos de cursos em que predominam disciplinas de caráter lógico-matemático. Isso porque cursos diferentes podem treinar os indivíduos a se fixarem sobre questões diferentes.

Foi a partir dessa hipótese que se procedeu a um reagrupamento dos informantes, separando-os por sexo e área de interesse profissional.<sup>9</sup> A Tabela 7 do ANEXO 3 revela que, para os homens da área humanística e as mulheres das áreas biotecnológicas, a hierarquia dos elementos do protótipo da mentira é a inicialmente esperada: o elemento c como o mais importante, o b como o segundo mais importante e o a como o menos importante. Por outro lado, as mulheres da área humanística consideram o b como o mais importante de todos e, para os homens das áreas biotecnológicas, os elementos b e c parecem ter o mesmo peso cognitivo.

Esses resultados suscitam questões interessantes: (i) seria possível que algum desvio inicialmente existente entre homens e mulheres fosse compensado por um outro desvio relacionado à área de interesse profissional?; (ii) esse novo desvio teria alguma ligação com o fato de que alguns elementos do protótipo podem ser considerados mais "objetivos" ou mais "subjetivos" do que outros?; (iii) seria possível que esses efeitos fossem

---

<sup>9</sup> Entraram na área humanística indivíduos dos cursos de: Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Educação Artística, Filosofia, História, Letras e Turismo. Entraram nas áreas bio-tecnológicas indivíduos dos cursos de: Administração de Empresas, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia, Farmácia, Física, Geografia, Informática, Medicina e Nutrição.

encontrados apenas em grupos minoritários ou que simplesmente tivessem ocorrido por acaso?

Para se discutir mais profundamente essas questões seria necessário lançar mão de outras investigações empíricas nessa linha, o que infelizmente não existe. Entretanto, é importante registrar a sugestão (8).

- (8) Experimentos deste tipo devem levar em conta a possibilidade de uma interferência das variáveis **sexo e profissão**.

#### 6.5 A mentira como um ato repreensível.

Considere, agora, a seguinte questão: será que existem, além dos elementos *a*, *b* e *c*, outras informações importantes que deveriam entrar na constituição do protótipo da mentira?

Em relação a essa pergunta, COLEMAN & KAY discutem o papel da "repreensibilidade das ações".<sup>10</sup> Por *repreensibilidade* entende-se o julgamento de valor dos informantes sobre o ato executado por *F* (ou seja, *F* executou uma ato *bom* ou *mal* naquela circunstância?). Em outras palavras, os autores discutem a possibilidade de existir um quarto elemento do protótipo, algo semelhante a *d*: *é preciso que F realize um ato repreensível ou "maldoso"*. COLEMAN & KAY reconhecem a relevância desse elemento

---

<sup>10</sup>COLEMAN & KAY 1981, p. 35-8.

e, para justificar a não-inclusão de *d* no protótipo da mentira, criam uma distinção entre *propriedades prototípicas* e *propriedades típicas* e incluem os elementos *a*, *b* e *c* nas propriedades prototípicas e o suposto elemento *d* nas propriedades típicas. Para esclarecer essa distinção, os autores diferenciam dois tipos de informação semântica: (i) aquela informação exclusivamente *lingüística*, que deveria estar presente num dicionário ideal da língua e (ii) aquela informação exclusivamente *cultural*, que deveria estar presente numa enciclopédia ideal sobre a comunidade que fala uma determinada língua. Portanto, *propriedades prototípicas* seriam aquelas informações lingüisticamente relevantes, ou seja, definidoras do significado das palavras e *propriedades típicas* seriam aquelas informações lingüisticamente irrelevantes, ou seja, apenas determinadoras dos estereótipos culturais das palavras - estereótipos que podem variar com o tempo.

Na verdade, essa distinção nos parece desnecessária. É possível entender a participação de algo semelhante a *d* no significado da mentira a partir de outras considerações. Basta supor que a *repreensibilidade* já está presente no protótipo quando o informante identifica os elementos *b* (*F acredita que P é falso*) e *c* (*F pretende enganar o ouvinte*).

Observe que, para determinar *b*, o informante, como um juiz, tem que supor que *F* está, deliberadamente, transgredindo uma regra básica da conversação (ou seja, em vez de dizer *o que acredita ser verdadeiro*, *F* está dizendo *o que acredita ser falso*). Observe também que, para determinar *c*, o informante, como

um juiz, deve chegar à conclusão de que F está, deliberadamente, tentando sonegar informações ao ouvinte. Sob este ponto de vista, dizer que uma ato de fala contém os elementos **b** e **c** significa, na verdade, acusar F de ter violado duas máximas conversacionais (a *Máxima da Qualidade* e a *Máxima da Quantidade*), o que, em si, já é um ato repreensível.<sup>11</sup>

#### 6.6 A mentira na interpretação de Sweetser.<sup>12</sup>

Sweetser tenta fornecer uma explicação simplificada do protótipo da mentira a partir de alguns **Princípios Contextuais** (ou Conversacionais) que fundamentam e controlam esse tipo de ato de fala.

Sweetser toma como base os resultados do estudo de COLEMAN & KAY (1981) e chama a atenção para a seguinte anomalia: embora as evidências empíricas apontem que o elemento **a** (*P é falso*) é o

---

<sup>11</sup>GRICE, H. P. *op. cit.*, p. 45-7: **Princípio Cooperativo** ("Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged"); **Máximas da Quantidade**: "Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)" e "Do not make your contribution more informative than is required"; **Máximas da Qualidade**: supermáxima ("Try to make your contribution one that is true") e duas máximas "Do not say what you believe to be false" e "Do not say that for which you lack adequate evidence"; **Máxima da Relação**: "Be relevant"; **Máximas do Modo**: supermáxima ("Be perspicuous") e várias máximas "Avoid obscurity of expression", "Avoid ambiguity", "Be brief (avoid unnecessary prolixity)" e "Be orderly".

<sup>12</sup>Para uma reconstituição da análise de Sweetser, ver LAKOFF 1982, p. 52-7.

menos importante do protótipo, por que motivo os indivíduos tendem, normalmente, a definir uma *mentira* como "*uma declaração falsa*"? Segundo a autora, isso acontece porque na comunicação diária as pessoas tomam como certas (e implícitas) algumas "leis" conversacionais. De maneira simplificada, essas "leis" podem ser expressas em *máximas* e *submáximas* do seguinte tipo:

#### (9) MÁXIMA DA AJUDA MÚTUA

As pessoas ajudam umas às outras.

##### Submáximas

- a. As pessoas estão pretendendo ajudar *se e somente se* elas acreditam naquilo que dizem.
- b. Se as pessoas pretendem ajudar, elas não pretendem enganar e se as pessoas pretendem enganar, elas não pretendem ajudar.

##### Submáximas da Crença Justificada

- c. As pessoas têm razões adequadas para aquilo em que acreditam.
- d. Aquilo em que as pessoas têm razões adequadas para acreditar é verdadeiro.

A partir dessas máximas, Sweetser tenta extrair as consequências lógicas de se dizer "*algo verdadeiro*" ou de se dizer "*algo falso*". Por exemplo: suponha que uma pessoa diga algo *verdadeiro*, então, (pelas Máximas da Crença Justificada c e d) deduz-se que essa pessoa *acredita no que diz*. Se ela acredita no que diz, então, (pela Máxima da Ajuda Mútua e pela Submáxima a) deduz-se que essa pessoa *pretende ajudar*. Se ela pretende ajudar,

então, (pela Submáxima *b*) deduz-se que essa pessoa *não pretende enganar*. Suponha, agora, que uma pessoa diga algo *falso*, então, (pelas Submáximas da Crença Justificada *c* e *d*) deduz-se que essa pessoa *não acredita no que diz*. Se ela não acredita no que diz, então, (pela Submáxima *a*) deduz-se que essa pessoa *não pretende ajudar*. Se ela não pretende ajudar, então, (pela Submáxima *b*) deduz-se que essa pessoa *pretende enganar*.

Desta forma, Sweetser acredita que, admitindo-se a existência das máximas em (9) a *mentira prototípica* pode ser simplesmente definida como *uma proposição falsa*.

Através desse tipo de enfoque é possível: (i) incorporar, de maneira objetiva, alguns fatores extralingüísticos na descrição do significado; (ii) simplificar essa descrição, explicitando o *frame* no qual o significado se encaixa<sup>13</sup> e (iii) demonstrar a importância relativa dos elementos *a*, *b* e *c* do protótipo como uma consequência das relações lógicas que se estabelecem entre eles.

Contudo, é preciso observar que a proposta de Sweetser explica somente os casos prototípicos. Os desvios (ou os exemplos não-representativos da mentira) deverão ser analisados como casos de enquadramentos imperfeitos nas máximas contidas em (9). Isso significa introduzir um elemento complicador nessa proposta, uma vez que é preciso imaginar: (i) que um exemplo prototípico ativa integralmente o *frame* em (9) e (ii) que um exemplo não-prototípico ativa parcialmente esse mesmo *frame*, ou seja, desativa algumas das submáximas em (9). Porém, se as condições

---

<sup>13</sup>Ver item 3.8 do Capítulo 3.



(ou submáximas) do *frame* proposto estão realmente vinculadas por relações lógicas, é razoável supor que a desativação de algumas dessas condições deverá impossibilitar a dedução lógica das demais. Para que isso não ocorra, é preciso imaginar, então, que outras condições de outros *frames* são ativadas para interagir com as condições do *frame* da mentira.

Na verdade, essa é uma estratégia montada para justificar a fragilidade das relações lógicas das condições propostas em (9). Por exemplo, considere a Submáxima b. Nela não está expressa uma relação logicamente perfeita entre *querer ajudar* e *querer enganar*. Também faz parte da intuição das pessoas saber que, muitas vezes, é preciso *enganar* para *ajudar* (é o caso das "mentiras" ditas às pessoas portadoras de doenças incuráveis com o intuito de poupar-lhes o sofrimento). Considere, agora, a Submáxima d. Nela a relação entre *verdade* e *razões adequadas para se acreditar em x* somente consegue explicar os casos em que x é verdadeiro para o Falante, mas não consegue explicar diversas situações em que x não é verdadeiro para as outras pessoas. Por exemplo, imagine uma situação na qual I tem razões adequadas para acreditar que J é o seu pai, mas onde I não sabe que é adotivo. Assim, toda vez que I disser "*J é meu pai*", esse enunciado será verdadeiro para I mas falso para J e para todas as pessoas que sabem que I é adotivo. Portanto, também faz parte da intuição das pessoas saber que o acaso (ou a desinformação) cria situações nas quais, embora haja razões adequadas para F acreditar em x, x é verdadeiro para F mas é falso para as outras pessoas. Considere, agora, a Submáxima c. Nela Sweetser associa *acreditar em x* com

*ter razões adequadas*. Porém, quais seriam as razões adequadas das pessoas que acreditam, por exemplo, no *Juízo Final*, em *óvnis*, em *Papai Noel* ou no *coelhinho da Páscoa*? Outra vez, o que podem ser razões adequadas para o Falante não são necessariamente razões adequadas para as pessoas que julgam F ou o enunciado de F.

Todas essas considerações devem ser levadas em conta no momento de se optar ou por um enfoque como o de Sweetser, que procura construir um *frame* específico e próprio da *mentira*, ou por um enfoque que procura explicar a *mentira* a partir de uma conjunção de três elementos, identificados com base num *frame* mais geral dos atos de fala (ou seja, um *frame* que mantém semelhanças com as *máximas conversacionais* de GRICE).

## 6.7 A *mentira* e o *jogo de imagens* entre Falante e Ouvinte.

Por *jogo de imagens* entende-se aqui, uma dimensão psicológica na qual Falante e Ouvinte estão constantemente formando imagens mentais de si mesmos e do outro.<sup>14</sup> Essas formações imaginárias parecem exercer uma função importante sobre um ato de fala como a *mentira*, porém, uma função diferente daquelas desempenhadas pelos elementos do *protótipo* da *mentira*.

Antes de se saber quais são as diferenças que temos em

---

<sup>14</sup>Para uma apresentação da terminologia *jogo de imagens* segundo M. Pêcheux, ver OSAKABE 1979, p. 48-9.

mente, é preciso distinguir dois tipos possíveis de estudo sobre a categoria em questão: 1º) o estudo dos elementos ou das propriedades que definem o conceito *mentira* e 2º) o estudo das condições de uso do conceito *mentira*, ou seja, da *mentira* como um processo argumentativo que pode ou não ter sucesso.

No primeiro tipo de estudo, investigam-se as propriedades responsáveis pela formação mental da categoria, ou seja, os elementos presentes na mente do Falante e que fazem com que esse falante consiga construir *mentiras* e diferenciar *mentiras* de *não-mentiras*. Neste tipo de enfoque, apenas os elementos do *protótipo* têm uma função relevante.

No segundo tipo de estudo, investigam-se as condições propícias para que, depois de construída, uma mentira possa modificar, influenciar ou atuar de alguma forma sobre o Ouvinte (isto é, analisa-se a mentira como um ato de fala *perlocutório* - segundo a terminologia de J. Austin).<sup>15</sup> Neste segundo enfoque, os jogos de imagens exercem uma função essencial, pois é a partir da imagem correta (ou incorreta) que o Falante faz do Ouvinte (e vice-versa) que a *mentira* poderá ser considerada um sucesso (ou um fracasso) do ponto de vista da força perlocutória. Por exemplo, se o Ouvinte tem do Falante uma imagem de *pessoa mentirosa ou pouco confiável*, é bastante provável que a mentira enunciada pelo Falante não tenha sucesso, ou seja, que ela não consiga nenhum efeito transformador sobre o Ouvinte.

Observe, porém, que parece existir um jogo de imagens que poderia também ser incluído no primeiro tipo de estudo como um

---

<sup>15</sup>Para um exame da terminologia de Austin, ver ALSTON 1972, p. 61-81.

elemento essencial da categoria *mentira*. Por exemplo, faz parte da competência linguística dos falantes saber que, se *x* é um estado de coisas, então, não adianta mentir sobre *x* para uma pessoa que tem o conhecimento integral de todos os fatos relacionados a *x*, em outras palavras, para mentir, o Falante deve construir do Ouvinte a imagem de *uma pessoa desinformada com respeito a x*. De que maneira essa "imagem" poderia estar presente no protótipo da mentira?

Considere os subelementos do elemento complexo *c* do protótipo (tratados no item 6.4 deste capítulo) e que são reescritos abaixo:

(10) *c*: F pretende enganar O.

- c*<sub>1</sub>: supor que, em condições normais, o ouvinte espera que F sempre revele *y* [o que F acha ou sabe de *x* (um estado de coisas)];
- c*<sub>2</sub>: confrontar *P* (um enunciado que se refere a *x*) com *y* para saber se, ao enunciar *P*, F escondeu do ouvinte alguma informação contida em *y*.
- c*<sub>3</sub>: saber se F se beneficiou ao esconder do ouvinte fatos relacionados a *x*.

Como se pode perceber, para se identificar o elemento *c* é preciso supor que um processo cognitivo complexo é ativado e que nele vários subelementos representam um papel importante. Esses subelementos funcionariam como pré-requisitos para a identificação do elemento *c*. É como se cada um deles fosse uma condição, em forma de pergunta, que tivesse que ser respondida com um SIM ou com um NÃO. Logicamente, essas condições não são necessárias nem suficientes. A presença de todas elas identifica

um *c* prototípico e a ausência de algumas delas identifica um *c* menos prototípico ou desviante.

Parece razoável supor, então, que um exemplo prototípico de enganar incluía, também, um pré-requisito semelhante ao expresso em (11).

- (11) *c*<sub>4</sub>: **F** imagina  
 1º) que o ouvinte não conhece ou  
       conhece parcialmente *x* (um  
       estado de coisas) e  
 2º) que **F** conhece *x* integralmente.

O que o subelemento *c*<sub>4</sub> exprime é a idéia de que, quando se diz que **F** enganou o ouvinte, se pressupõe, entre outras coisas, que **F** tenha construído do ouvinte a imagem de uma pessoa desinformada com respeito a um determinado assunto.

## 7 - CONCLUSÕES

O experimento aqui desenvolvido se propôs a investigar o significado da categoria cognitiva nomeada pela palavra *mentira*. De acordo com as suposições iniciais, a *mentira* é uma categoria que está mentalmente representada por um *protótipo*. Este protótipo é uma espécie de "*imagem mental*" ou "*processo psicológico*" que se forma a partir de uma configuração de elementos ou propriedades. Se um evento do mundo apresentar a mesma constelação de elementos do protótipo, esse evento será considerado o melhor exemplo da categoria. Os melhores exemplos (ou os exemplos prototípicos) são prontamente reconhecidos e nomeados pela maioria dos falantes. A categoria *mentira* também se caracteriza por apresentar limites "*fuzzy*". Isso significa que dela podem fazer parte não apenas membros prototípicos mas também membros menos típicos (ou maus exemplos). Os exemplos não-prototípicos da *mentira* provocam nos falantes incertezas individuais e variações interpessoais no momento de se avaliar o grau de participação desses exemplos dentro da categoria. Normalmente, os falantes categorizam um determinado evento do mundo com base nos elementos em comum que esse evento possui com o protótipo da categoria.

O protótipo da *mentira* foi inicialmente pensado como sendo uma composição de três elementos: (a) *falsidade da proposição*, (b) *intenção de dizer algo falso* e (c) *intenção de enganar*. A partir dessa hipótese, foram criadas oito histórias (ou atos de fala) diferentes e contextualizadas, cada uma expressando uma

combinação possível dos três elementos. Os atos de fala foram apresentados a um grupo de falantes nativos de português para que eles avaliassem quais desses atos poderiam e quais não poderiam ser chamados de *mentira*. As respostas foram solicitadas numa escala "psicológica" de certeza que se estendeu da *não-mentira* para a *mentira*. Os graus dessa escala (marcados pelas expressões: *não estou certo*, *estou quase certo* e *tenho certeza absoluta*) foram convertidos em números de 1 a 7, isso possibilitou um tratamento estatístico das respostas obtidas para cada ato de fala. Os resultados do experimento são os seguintes:

a) a estória (I), que continha todos os elementos do protótipo, recebeu o escore mais alto (ou seja, *certeza absoluta* de que *é mentira*) da totalidade dos informantes;

b) a estória (II), que não continha nenhum elemento do protótipo, recebeu o escore mais baixo (ou seja, *certeza absoluta* de que *não é mentira*) da totalidade dos informantes;

c) corroborou-se a hipótese de que quanto mais elementos do protótipo uma estória possuir mais alto será o escore recebido por essa estória, assim, ao se comparar, por exemplo, duas estórias (A e B), se A contiver todos os elementos de B mais um, A receberá um escore no mínimo igual e no máximo maior que B da maioria dos informantes;

d) eventos de fala que não dividem entre si nenhum elemento em comum são, mesmo assim, considerados membros da categoria *mentira* por alguns falantes, ou seja, há evidências empíricas de que a categoria em questão é formada não por uma lista de condições necessárias e suficientes mas a partir de um

dispositivo psicológico que permite aos falantes reconhecer as "semelhanças de família" entre o protótipo e os possíveis membros da categoria;

e) em relação à hierarquia dos elementos do protótipo, os dados iniciais demonstraram que o elemento a (*P é falso*) é o menos importante dentro da categoria e que os elementos b (*F sabe que P é falso*) e c (*F pretende enganar*) se revezam, isto é, ora um, ora outro se mostra o mais importante de todos. Quando os informantes são separados por *sexo*, observa-se que essa indefinição na hierarquia de b e c é válida para o grupo dos *homens*; no grupo das *mulheres* o elemento b é considerado o mais importante e o c, o segundo mais importante. Quando os informantes são separados por *sexo* e *área de interesse profissional*, observa-se que a indefinição entre b e c está presente no grupo dos **homens das áreas bio-tecnológicas**; para as **mulheres da área humanística** o elemento b é o mais importante e para os **homens da área humanística** e as **mulheres das áreas bio-tecnológicas** o elemento c é o mais importante de todos.

Os principais *problemas metodológicos* encontrados no experimento foram os seguintes:

a) o quadro de respostas parece ter confundido uma parcela dos informantes, justamente aqueles que se posicionaram de um modo *não-cooperativo* (ou de um modo *excessivamente cooperativo*) diante da tarefa de leitura exigida;

b) a influência da variável *sexo* (ou seja, a observação de padrões de respostas diferentes para certas histórias entre o grupo dos *homens* e o grupo das *mulheres*) pode ter sido provocada



por um desvio relacionado à organização contextual das histórias. Parece que as histórias *marcadas* (isto é, os atos de fala que envolvem um personagem masculino em conflito com um personagem feminino) forçam alguns informantes a se identificarem com o personagem do mesmo sexo. Assim, um falante masculino tenderá a defender o personagem masculino e a acusar o personagem feminino e um falante feminino tenderá a defender o personagem feminino e a acusar o personagem masculino. Porém, esse processo de identificação também parece estar restrito aos indivíduos propensos a uma atitude *não-cooperativa* diante do experimento;

c) o uso de contextos de *ironia* nas histórias (V) e (VIII) pode ter confundido os informantes no momento de julgarem a participação dessas histórias na categoria *mentira*;

d) este experimento forneceu evidências de que o processo de categorização mental da *mentira* pode sofrer influências de variáveis externas como *sexo* e *área de interesse profissional*. Fica em aberto a possibilidade de que um experimento conduzido num nível empírico mais detalhado possa corroborar os efeitos da variável *profissão* sobre as respostas dos informantes.

Os principais questionamentos teóricos levantados foram os seguintes:

a) é possível que grupos sociais diferentes atribuam pesos cognitivos diferentes para certos elementos do protótipo da *mentira*;

b) à medida em que se dá mais atenção ao elemento c (F *pretende enganar*) é possível perceber que a sua identificação depende fundamentalmente de uma série de fatores contextuais.

Parecem fazer parte desses fatores o conhecimento implícito de princípios semelhantes às máximas conversacionais de GRICE e implicações decorrentes do "jogo de imagens" entre falante e ouvinte;

c) os elementos do protótipo não devem ser entendidos como propriedades discretas, eles parecem ser, na verdade, elementos complexos cuja identificação está, de certa forma, sujeita ao reconhecimento de uma série de subelementos que são geralmente pressupostos ou inferidos. Por exemplo, quando se diz que o elemento a (*P é falso*) está presente significa que o informante reconheceu a presença de um *exemplo ótimo de falsidade da proposição*, ou seja, um contexto no qual *P* é falso para o falante, para o ouvinte e para o informante. Da mesma forma, quando se diz que o elemento c (*F pretende enganar*) está presente significa que o informante parece ter reconhecido um contexto prototípico ou um exemplo ótimo de uma *intenção de enganar*. Portanto, é necessário investigar mais profundamente os constituintes de cada elemento para se saber quando esse elemento é um bom ou um mau exemplo da sua própria categoria, isto é, quando ele mesmo é ou não *prototípico*. Assim, certos desvios observados no experimento podem ser atribuídos ao fato de que os elementos do protótipo não estão representados todos de uma mesma forma em todas as histórias.

## 8 ANEXOS

ANEXO 1	Questionário utilizado neste experimento.....	84
ANEXO 2	Questionário utilizado no experimento de COLEMAN & KAY (1981).....	93
ANEXO 3	<b>Tabela 8:</b> Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância com estratificação de <i>sexo</i> e <i>área de interesse profissional</i> .....	95

## ANEXO 1

---

INSTRUÇÕES

- (1) Primeiro leia com atenção todos os itens da página.
- (2) Em seguida, leia novamente a estória, quantas vezes for preciso, e dê a sua resposta.
- (3) Não rasure.
- (4) Se você quiser fazer alguma observação, faça, mas não é necessário.
- (5) Se você tiver alguma dúvida, erga a mão, eu o atenderei individualmente.

Obrigado.

---

---

(I)

Carlos comeu, escondido, o bolo que Luísa pretendia servir aos funcionários da Companhia. Luísa lhe perguntou: "Carlos, foi você que comeu o bolo?" E Carlos respondeu: "Eu não". Ele mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

---

## (II)

Chico e Moacir estavam jogando bola. Chico furou deliberadamente a bola do Celso. Quando Celso chegou e viu a sua bola vazia, perguntou furioso para Moacir: "Foi você que furou a minha bola?" E Moacir respondeu: "Não, foi o Chico que furou". O Moacir mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

## (III)

Amanhã é feriado e, portanto, a Carmem não vai trabalhar. Mas como ela olhou por engano no calendário do ano passado, ela pensa que vai. Hoje, um conhecido lhe perguntou: "Vamos ao cinema amanhã à noite?" A Carmem poderia ir, mas, como ela não queria sair com ele, respondeu: "É que amanhã eu trabalho o dia todo", querendo que ele pensasse que ela não poderia ir porque estaria muito cansada. A Carmem mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

## (IV)

Certa manhã, Vera acordou com a firme convicção de não ir à escola porque ela não tinha estudado para a prova de matemática. Sua mãe lhe perguntou: "Você não vai pra escola hoje?" E Vera respondeu: "Não, eu estou doente". Sua mãe tirou a sua temperatura e verificou, para surpresa e espanto de Vera, que ela realmente estava com muita febre. A Vera mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:



---

(V)

Paulo e Antônio trabalham na mesma empresa, mas simplesmente se detestam e não fazem questão de esconder isso de ninguém. Todos os outros funcionários conhecem muito bem a inimizade que existe entre os dois, pois já foram testemunhas de várias desavenças. Hoje, depois de mais uma violenta discussão em público, Paulo olhou para a secretária de Antônio e disse: "O seu chefe realmente me adora". O Paulo mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

---

## (VI)

José esteve muito doente nas duas últimas semanas, mas ontem ele estava melhor e teve um encontro com Maria, sua ex-namorada. Atualmente a Maria está namorando o Pedro, que é muito ciumento. Hoje, o Pedro lhe perguntou: "Você viu o José esta semana?" E Maria respondeu: "Ah, o José esteve muito doente nas duas últimas semanas", querendo, com isso, que Pedro pensasse que o José não poderia ver ninguém. A Maria mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

## (VII)

São exatamente oito e meia da manhã no relógio de Silvia. O marido dela, que sempre se levanta às oito, ainda não acordou e, portanto, está atrasado. De repente ele acorda e pergunta: "Querida, que horas são?" Silvia, que dormiu muito mal durante a noite e está com muito sono, dá uma rápida olhada no relógio e diz: "São sete e meia, ainda é cedo". E volta a dormir. A Silvia mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira      ☐ Não foi mentira      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

## (VIII)

Faz dois dias que João ganhou na loteria, mas ele nem desconfia disso porque nunca ganhou e porque ainda não conferiu o bilhete. Hoje, ele amanheceu com uma terrível dor de cabeça, perdeu o ônibus e chegou atrasado ao serviço. Quando ele entrou no escritório chateado e de cara feia, um amigo brincalhão lhe perguntou: "Que cara de felicidade é essa?" E João respondeu mal-humorado: "Ganhei na loteria". O João mentiu?

Faça um X:

☐ Foi mentira                      ☐ Não foi mentira                      ☐ Não sei dizer

Faça um X:

☐ não estou certo

EU ☐ estou quase certo

☐ tenho certeza absoluta

QUE A MAIORIA DAS PESSOAS  
CONCORDARIA COM A MINHA  
RESPOSTA.

USE ESSE ESPAÇO PARA OBSERVAÇÕES:

---

## ANEXO 2

- (I) Moe has eaten the cake Juliet was intending to serve to company. Juliet asks Moe, "Did you eat the cake?" Moe says, "No." Did Moe lie?
- (II) Dick, John, and H. R. are playing golf. H. R. steps on Dick's ball. When Dick arrives and sees his ball mashed into the turf, he says, "John, did you step on my ball?" John replies, "No, H.R. did it." Did John lie?
- (III) Pigfat believes he has to pass the candy store to get to the pool hall, but he is wrong about this because the candy store has moved. Pigfat's mother doesn't approve of pool. As he is going out the door intending to go to the pool hall, Pigfat's mother asks him where he is going. He says, "I am going by the candy store." Did Pigfat lie?
- (IV) One morning Katerina has an arithmetic test she hasn't studied for, and so she doesn't want to go to school. She says to her mother, "I'm sick." Her mother takes her temperature, and it turns out to Katerina's surprise that she really is sick, later that day developing the measles. Did Katerina lie?
- (V) Schmallowitz is invited to dinner at his boss's house. After a dismal evening enjoyed by no one, Schmallowitz says to his hostess, "Thanks, it was a terrific party." Schmallowitz doesn't believe it was a terrific party, and he really isn't trying to convince anyone he had a good time, but is just concerned to say something nice to his boss's wife, regardless of the fact that he doesn't expect her to believe it. Did Schmallowitz lie?
- (VI) John and Mary have recently started going together. Valentino is Mary's ex-boyfriend. One evening John asks Mary, "Have you seen Valentino this week?" Mary answers, "Valentino's been sick with mononucleosis for the past two weeks." Valentino has in fact been sick with mononucleosis for the past two weeks, but it is also the case that Mary had a date with Valentino the night before. Did Mary lie?
- (VII) Two patients are waiting to be wheeled into the operating room. The doctor points to one and says, "Is Jones here the appendectomy or the tonsillectomy?" Nurse Braine has just read the charts. Although she is anxious to keep her job, she has nevertheless confused the charts in her mind and replies, "The appendectomy," when the fact poor Jones is the one scheduled for tonsillectomy. Did Nurse Braine lie?

(VIII) Superfan has got tickets for the championship game and is very proud of them. He shows them to his boss, who says, "Listen, Superfan, any day you don't come to work, you better have a better excuse than that." Superfan says, "I will." On the day of the game, Superfan calls in and says, "I can't come to work today, Boss, because I'm sick." Ironically, Superfan doesn't get to go to the game because the slight stomach ache he felt on arising turns out to be ptomaine poisoning. So Superfan was really sick when he said he was. Did Superfan lie?

It was { a lie / not a lie / I can't say }. I am { very sure / fairly sure / not too sure } most others would agree with the choice I just circled.

## ANEXO 3

**Tabela 8.** Classificação dos elementos do protótipo da mentira por ordem de importância com estratificação de *sexo e área de interesse profissional*.

HOMENS			MULHERES			
ÁREA HUMANÍSTICA (18)			ÁREAS BIO-TECNOLÓGICAS (10)			
<i>estórias</i>		<i>peso dos elementos</i>	<i>hierar quia.</i>	<i>estórias</i>	<i>peso dos elementos</i>	<i>hierar quia.</i>
V (++-) III (+++)				V (++-) III (+++)		
3.89 4.50		b < c		2.30 3.30		b < c
IV (-++) III (+++)				IV (-++) III (+++)		
4.89 4.50		b > a	c > b > a	4.60 3.30		b > a c > b > a
IV (-++) V (++-)				IV (-++) V (++-)		
4.89 3.89		c > a		4.60 2.30		c > a
VIII(--+) VI (---)				VIII(--+) VI (---)		
3.89 4.11		b < c		4.60 5.50		b < c
VIII(--+) VII(---)				VIII(--+) VII (---)		
3.89 3.44		b > a	c > b > a	4.60 3.00		b > a c > b > a
VI (---) VII(---)				VI (---) VII (---)		
4.11 3.44		c > a		5.50 3.00		c > a

HOMENS			MULHERES			
ÁREAS BIO-TECNOLÓGICAS (20)			ÁREA HUMANÍSTICA (29)			
<i>estórias</i>		<i>peso dos elementos</i>	<i>hierar quia.</i>	<i>estórias</i>	<i>peso dos elementos</i>	<i>hierar quia.</i>
V (++-) III (+++)				V (++-) III (+++)		
3.95 4.20		b < c		3.76 3.17		b > c
IV (-++) III (+++)				IV (-++) III (+++)		
5.70 4.20		b > a	c > b > a	5.62 3.17		b > a b > c > a
IV (-++) V (++-)				IV (-++) V (++-)		
5.70 3.95		c > a		5.62 3.76		c > a
VIII(--+) VI (---)				VIII(--+) VI (---)		
4.35 4.00		b > c		4.34 3.31		b > c
VIII(--+) VII (---)				VIII(--+) VII (---)		
4.35 3.65		b > a	b > c > a	4.34 3.27		b > a b > c > a
VI (---) VII (---)				VI (---) VII (---)		
4.00 3.65		c > a		3.31 3.27		c > a

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ADAMSON, H. D. Prototype Schemas, Variation Theory, and The Structural Syllabus. *IRAL*, 28 (1): 1-25, 1990.
- 2 ALSTON, W. P. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 3 CAREY, S. Semantic Development: the state of the art. In: WANNER, E. & GLEITMAN, L. R. (eds.) *Language Acquisition*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982. p. 347-89.
- 4 COLEMAN, L. & KAY, P. Prototype semantics: the english word *lie*. *Language*, 57 (1): 26-44, 1981.
- 5 COLLIER, G. A. Resenha de Basic color Terms: their universality and evolution by Brent Berlin & Paul Kay 1969. *Language*, 49: 245-48, 1973.
- 6 COLLIER, G. A. *et alii*. Further evidence for universal color categories. *Language*, 52 (4): 884-90, 1976.
- 7 CONKLIN, H. C. Resenha de Basic Color Terms: their universality and evolution by Brent Berlin & Paul Kay 1969. *American Anthropologist*, 75: 931-42, 1973.
- 8 CRUSE, D. A. Cognitive Linguistics and word meaning: Taylor on linguistic categorization. *Journal of Linguistics*, 28: 165-83, 1992.
- 9 DASCAL, M. & BORGES NETO, J. De que trata a lingüística, afinal? *Histoire épistémologie Langage*, 13 (1): 13-50, 1991.
- 10 EIKMEYER, H.-J. & RIESER, H. Meanings, Intensions, and Stereotypes. A new approach to linguistic semantics. In: ----- (eds.) *Words, Worlds, and Contexts*. Berlin, de Gruyter, 1981. p. 133-50.
- 11 FILLMORE, C. J. Verbs of judging: an exercise in semantic description. In: FILLMORE, C. J. & LANGENDOEN, D. T. (eds.) *Studies in Linguistic Semantics*. New York, Holt, Rinehart & Winston Inc., 1971. p. 273-89.
- 12 ----- Types of lexical information. In: STEINBERG, D. D. & JAKOBOVITS, L. A. (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics, and psychology*. London, Cambridge University Press, 1974. p. 370-92.



- 13 ----- Pragmatics and the description of discourse. In: SCHMIDT, S. J. (ed.) *Pragmatik/Pragmatics 2: Zur Grundlegung einer expliziten Pragmatik*. München, Wilhelm Fink Verlag, 1976. p. 83-104.
- 14 ----- Frame Semantics. In: *Linguistics in the morning calm*. Seoul, Hanshin Publishing Co., 1982. p. 111-37.
- 15 FRASER, B. The domain of pragmatics. In: RICHARDS, J. C. & SCHMIDT, R. W. (eds.) *Language and Communication*. New York, Longman, 1986. p. 29-59.
- 16 GEERAERTS, D. Introduction: Prospects and Problems of Prototype Theory. *Linguistics*, 27: 587-612, 1989.
- 17 GODOY, E. Sobre o paradigma cognitivo na lingüística. *Letras*, 38: 14-26, 1989.
- 18 GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. L. (eds.) *Syntax and Semantics - Speech Acts*. New York, Academic Press, 1975. p. 41-58.
- 19 HAIMAN, J. Dictionaries and Encyclopedias. *Lingua*, 50: 329-57, 1980.
- 20 HEIDER, E. R. Probabilities, sampling, and ethnographic method: the case of Dani colour names. *Man*, 7 (3): 448-66, 1972.
- 21 IJAZ, I. H. Linguistic and cognitive determinants of lexical acquisition in a second language. *Language Learning*, 36 (4): 401-51, 1986.
- 22 JANICKI, K. On understanding misunderstanding: some further support for prototype linguistics. *FoLi*, 21 (2-4): 463-70, 1987.
- 23 KAY, P. Synchronic variability and diachronic change in basic color terms. *Language in Society*, 4: 257-70, 1975.
- 24 ----- The role of cognitive schemata in word meaning: hedges revisited. Ms. 1979.
- 25 ----- Linguistic competence and folk theories of language: two english hedges. Ms. 1980.
- 26 KAY, P. & MACDANIEL, C. K. The linguistic significance of the meanings of basic color terms. *Language*, 54: 610-46, 1978.
- 27 KAY, P. & KEMPTON, W. What is the Sapir-Whorf Hypothesis? *American Anthropologist*, 86: 65-79, 1984.

- 28 LAKOFF, G. *Categories and Cognitive Models*. Berkeley, Cognitive Science Program: University of California, 1982.
- 29 \_\_\_\_\_. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 9: 49-68, 1985.
- 30 LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, The University of Chicago Press, 1980.
- 31 LANGACKER, R. W. Resenha de Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind by George Lakoff 1987. *Language*, 64 (2): 384-95, 1988.
- 32 LEECH, G. *Semantics: the study of meaning*. 2. ed. Harmondsworth, Penguin Books, 1981.
- 33 MEDIN, D. L. & SMITH, E. E. Concepts and concept formation. *Annual Review of Psychology*, 35: 113-38, 1984.
- 34 METZING, D. Frame representations and lexical semantics. In: EIKMEYER, H.-J. & RIESER, H. (eds.) *Words, Worlds, and Contexts*. Berlin, de Gruyter, 1981. p. 320-42.
- 35 MORGAN, G. Resenha de Meanings and prototypes: studies in linguistic categorization by Savas L. Tsohatzidis 1990. *Journal of Linguistics*, 28: 233-37, 1992.
- 36 OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Kairós, 1979. p. 48-9.
- 37 PERINI, M. A. Expressões lingüísticas e a noção de "esquema". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 14: 13-25, 1988.
- 38 \_\_\_\_\_. *Sintaxe Portuguesa*. São Paulo, Ática, 1989. p. 56-63.
- 39 PERRONI, M. C. Aprendendo a contar mentiras. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 21: 5-24, 1991.
- 40 PONTES, E. O conceito de sujeito entre os falantes. *Ensaio de Lingüística*, 11: 48-81, 1984.
- 41 PUTNAM, H. The meaning of "meaning". In: \_\_\_\_\_. *Mind, Language, and Reality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975. p. 215-71.
- 42 QUINE, W. V. O. *Palabra y objeto*. Barcelona, Labor, 1960. p. 137-66.
- 43 ROSCH, E. Cognitive Reference Points. *Cognitive Psychology*, 7: 532-47, 1975.

- 44 SEARLE, J. R. O que é um acto lingüístico? In: PINTO de LIMA, S. (org.) *Linguagem e acção*. Lisboa, Apaginastantas, 1983. p. 61-85.
- 45 SEILER, H. Universal linguistic dimensions, categories and prototypes. *Cahiers de la Fondation Archives Jean Piaget: Language and Cognition*, 10: 85-96, 1989.
- 46 SHIBATANI, M. Passives and related constructions: a prototype analysis. *Language*, 61 (4): 821-48, 1985.
- 47 SMITH, E. et alii Structure and process in semantic memory: a Featural Model for semantic decisions. *Psychological Review*, 81 (3): 214-41, 1974.
- 48 VERSCHUEREN, J. Problems of lexical semantics. *Lingua*, 53: 317-51, 1981.
- 49 WALLACE, A. F. C. The problem of the psychological validity of componential analysis. *American Anthropologist*, 67 (5 - 2ª parte): 229-48, 1965.
- 50 \_\_\_\_\_. A relational analysis of american kinship terminology. *American Anthropologist*, 72: 841-5, 1970.
- 51 WALLACE, A. C. & ATKINS, J. The meaning of kinship terms. *American Anthropologist*, 62: 58-80, 1960.
- 52 WIERZBICKA, A. Prototypes in semantics and pragmatics: explicating attitudinal meanings in terms of prototypes. *Linguistics*, 27: 731-69, 1989.
- 53 WILLIAMS, K. Radial structuring in the Hausa lexicon: a prototype analysis of Hausa "eat" and "drink". *Lingua*, 85: 321-40, 1991.
- 54 WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Victor Civita, 1975.
- 55 YAMAOKA, T. A semantic and prototype discussion of the "be easy to V" structure: a possible explanation of its acquisition process. *Applied Linguistics*, 9 (4): 385-401, 1988.
- 56 ZADEH, L. A. A note on prototype theory and fuzzy sets. *Cognition*, 12: 291-7, 1982.